

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DA



ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 14176 - CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andares, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Cidade de Barueri - Estado de São Paulo

No montante total de

**R\$ 750.000.000,00**

Código ISIN - Série Única: ISIN BRELPLDBS0L7

Classificação de Risco para as Debêntures (Rating) Moody's "Aa1.br"



A ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e/ou as Debêntures Adicionais (conforme definidas neste Prospecto)), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), da sua 15ª (décima quinta) emissão ("Emissão"), perfazendo, na data de emissão das Debêntures, qual seja, 09 de outubro de 2012 ("Data de Emissão"), o montante total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") e "Oferta", respectivamente).

A Emissora outorgou aos Coordenadores (conforme abaixo definido) a opção de distribuição de um lote suplementar de até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido)), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding, a qual não foi exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido). As Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão ("Opção de Lote Suplementar").

A Emissora outorgou, ainda, aos Coordenadores (conforme abaixo definido) a opção de distribuição de um lote adicional de até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondente a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), por meio da emissão de Debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, a qual não foi exercida. As Debêntures Adicionais, caso fossem emitidas, teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão ("Opção de Debêntures Adicionais").

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (exceto para as Debêntures do Lote Suplementar e para as Debêntures Adicionais que, caso fossem emitidas seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, em conjunto com o Coordenador Líder "Coordenadores", todos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta (conforme definido neste Prospecto), da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), de forma a definir, de comum acordo com a Emissora, a sobretaxa final da Remuneração (conforme definida neste Prospecto).

A Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e de acordo com o inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 03 de setembro de 2012, sob o nº 385.755/12-0 e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) jornal "Valor Econômico", em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 04 de outubro de 2012, sob o nº 426.542/12-5, e foi publicada no (i) DOESP e (ii) jornal "Valor Econômico", em 26 de setembro de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, deliberou e aprovou a nova sobretaxa máxima da Remuneração ("RCA de 25 de Setembro").

A Emissão é regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures, inscrito na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o nº ED000996-9/000, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações ("Agente Fiduciário", "Debenturistas" e "Escritura de Emissão", respectivamente), conforme aditado pelo "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 13 de setembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário para (i) prever a alteração da redação da alínea (i) do item 9.2. da Escritura de Emissão, tendo em vista a necessidade de correção da data e do prazo de vencimento da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, em que a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Agente Fiduciário da presente Emissão, também atua como agente fiduciário; (ii) refletir a data e o número de arquivamento da RCA perante a JUCESP e a data de publicação da RCA; e (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP, o qual foi inscrito na JUCESP em 28 de setembro de 2012 sob o nº ED000996-9/001, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações ("Primeiro Aditamento") e pelo "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 25 de setembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, para prever a nova sobretaxa máxima da Remuneração (conforme abaixo definida) ("Segundo Aditamento"), o qual foi inscrito na JUCESP em 04 de outubro de 2012 sob o nº ED000996-9/002, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Escritura de Emissão foi aditada pelo "Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 05 de outubro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, de forma a prever o resultado do Procedimento de Bookbuilding, o qual foi devidamente inscrito na JUCESP em 17 de outubro de 2012, sob o nº ED000996-9/003, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações ("Terceiro Aditamento").

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora e de seus ativos, bem como dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que venham a integrar o Formulário de Referência da Emissora elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), incorporado por referência ao presente Prospecto ("Formulário de Referência"), sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures, a Emissora e os Coordenadores recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto em conjunto com o Formulário de Referência. O Formulário de Referência encontra-se disponível para consulta nos sites da Emissora ([www.aesletrapaulo.com.br/ri/](http://www.aesletrapaulo.com.br/ri/)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Informações Complementares", neste Prospecto.

PARA A AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES, OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DESTA PROSPECTO. PARA AVALIAÇÃO DE TODOS OS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSORA, OS POTENCIAIS INVESTIDORES DEVEM LER OS ITENS 4 E 5 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de sociedades do setor elétrico brasileiro.

Mais informações sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados na seção "Informações Cadastrais da Emissora", na subseção "Informações Adicionais", neste Prospecto.

A Oferta foi registrada na CVM em 18 de outubro de 2012, sob nº CVM/SRE/DEB/2012/024, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Instrução CVM 400 e da Instrução da CVM 471.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADORES DA OFERTA



**Bradesco BBI**

Coordenador Líder



A data deste Prospecto é 23 de outubro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>5</b>
<b>DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR</b>	
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>12</b>
Formulário Cadastral.....	12
Formulário de Referência.....	12
Demonstrações Financeiras .....	12
Informações Trimestrais.....	13
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA .....</b>	<b>15</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES, COORDENADORES,</b>	
<b>CONSULTORES E AUDITORES.....</b>	<b>17</b>
Administradores da Emissora .....	17
Emissora .....	17
Coordenadores .....	17
Agente Fiduciário .....	18
Banco Mandatário e Agente Escriturador .....	18
Assessores Legais da Emissora .....	18
Assessores Legais dos Coordenadores .....	19
Auditores Independentes .....	19
CETIP .....	19
CVM .....	20
Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	20
<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>21</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES.....</b>	<b>30</b>
Composição do Capital Social da Emissora .....	30
I. AUTORIZAÇÃO .....	31
<b>A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão, foram</b>	
<b>aprovadas pela RCA .....</b>	<b>31</b>
II. REQUISITOS .....	31
<b>Arquivamento e Publicação da ata da RCA .....</b>	<b>31</b>
<b>Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos .....</b>	<b>31</b>
<b>Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM.....</b>	<b>31</b>
<b>Registro para Distribuição .....</b>	<b>31</b>
<b>Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.....</b>	<b>31</b>
III. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA .....	32
IV. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....	32
V. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES.....	32
<b>Agente Fiduciário.....</b>	<b>32</b>
<b>Número da Emissão .....</b>	<b>32</b>
<b>Número de Séries .....</b>	<b>33</b>
<b>Valor Total da Emissão .....</b>	<b>33</b>
<b>Quantidade de Debêntures .....</b>	<b>33</b>
<b>Banco Mandatário e Agente Escriturador .....</b>	<b>33</b>
<b>Valor Nominal Unitário .....</b>	<b>34</b>
<b>Data de Emissão .....</b>	<b>34</b>
<b>Prazo e Data de Vencimento.....</b>	<b>34</b>
<b>Forma e Comprovação de Titularidade .....</b>	<b>34</b>
<b>Conversibilidade .....</b>	<b>34</b>
<b>Espécie.....</b>	<b>34</b>
<b>Prazo de Subscrição.....</b>	<b>34</b>

Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização .....	34
Amortização do Principal .....	34
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração .....	35
Pagamento da Remuneração .....	38
Repactuação Programada .....	38
Resgate Antecipado Facultativo .....	38
Oferta de Resgate Antecipado .....	38
Encargos Moratórios .....	40
Local de Pagamento .....	40
Imunidade Tributária .....	40
Prorrogação dos Prazos .....	40
Decadência dos Direitos aos Acréscimos .....	40
Publicidade .....	41
Aquisição Facultativa .....	41
Liquidez e Estabilização .....	41
Fundo de Amortização .....	41
Vencimento Antecipado .....	41
<b>VI. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>45</b>
Contrato de Distribuição .....	45
Colocação e Procedimento de Distribuição .....	45
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding) .....	45
Pessoas Vinculadas .....	45
Plano de Distribuição .....	46
Prazo de Distribuição .....	46
Regime de Colocação das Debêntures .....	46
Remuneração dos Coordenadores .....	47
Assembleia Geral de Debenturistas .....	48
Demonstrativo do Custo de Distribuição .....	49
Custo Unitário .....	50
Classificação de Risco (Rating) .....	50
Público Alvo .....	50
Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures .....	50
Manifestação de Aceitação à Oferta .....	50
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....	51
Modificação da Oferta .....	51
Suspensão da Oferta .....	51
Cancelamento ou Revogação da Oferta .....	52
Cronograma de Etapas da Oferta .....	52
Informações Adicionais .....	52
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES .....</b>	<b>53</b>
Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder .....	53
Relacionamento da Emissora com o Itaú BBA .....	56
<b>APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES .....</b>	<b>58</b>
Apresentação do Coordenador Líder .....	58
Apresentação do Itaú BBA .....	59
<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA .....</b>	<b>61</b>
Coordenador Líder .....	61
<b>ITAÚ BBA .....</b>	<b>62</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>63</b>
<b>CAPACIDADE DE PAGAMENTO .....</b>	<b>64</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>66</b>

<b>ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO B – CÓPIA DOS ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À OFERTA.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO C – DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO D – CÓPIA DA ESCRITURA DE EMISSÃO, DO PRIMEIRO ADITAMENTO, DO SEGUNDO ADITAMENTO E DO TERCEIRO ADITAMENTO.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO E – SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</b>	<b>175</b>

(Esta página foi intencionalmente em branco)

## DEFINIÇÕES

<b>Administradores</b>	Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora.
<b>Agente Escriturador ou Itaú Corretora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro. Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.
<b>Agente Fiduciário</b>	<p><b>Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.</b></p> <p>Para os fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos à emissão de debêntures feita pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:</p> <p><b>O Agente Fiduciário presta serviços de agente fiduciário na 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora. Foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos e oito meses a contar da data de emissão, qual seja 20 de dezembro de 2005, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2018. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 9ª emissão e da 15ª emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.</b></p>
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de Encerramento da Oferta, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser imediatamente publicado após a distribuição das Debêntures, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de Início da Oferta, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas</b>	Assembleia Geral dos Debenturistas da Emissão.
<b>Audidores Independentes</b>	Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. Para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, KPMG Auditores Independentes.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado referente à Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado conforme cronograma com as etapas da Oferta constante da seção “Informações Relativas à Oferta e às Debêntures”.

<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Banco Mandatário ou Itaú Unibanco</b>	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001 04.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Bradesco BBI</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Bradesco</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CCBs Citi</b>	Cédulas de crédito bancário no montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na data de emissão das referidas cédulas de crédito bancário, qual seja 12 de maio de 2006, pela Emissora em favor do Citibank, no âmbito do Contrato de Abertura de Crédito.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>Citibank</b>	Banco Citibank S.A.
<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, vigente nesta data.
<b>Conselho de Administração</b>	Conselho de Administração da Emissora. Para informações sobre o Conselho de Administração, vide item 12.1 do Formulário de Referência.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., celebrado, em 05 de outubro de 2012, entre a Emissora e os Coordenadores.
<b>Contrato de Abertura de Crédito</b>	Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a Emissora e o Citibank, em 10 de maio de 2006, conforme aditado, no âmbito de uma operação de empréstimo sindicalizado, liderada pelo Citibank, na qual foram emitidas, dentre outras cédulas de crédito bancário, as CCBs Citi.
<b>Contrato de Formador de Mercado</b>	Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, celebrado entre a Emissora e o Bradesco, em 22 de agosto de 2012.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder e Itaú BBA, considerados em conjunto.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 09 de outubro de 2012.
<b>Data de Integralização</b>	Data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures, por meio do SDT no ato da subscrição e integralização.



<b>Data de Liquidação</b>	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, até o último dia do Prazo de Distribuição (conforme abaixo definido).
<b>Data de Vencimento</b>	Data de vencimento das Debêntures, qual seja, 09 de outubro de 2018.
<b>Debêntures</b>	75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 15ª (décima quinta) emissão da Emissora.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), que poderiam ser emitidas a critério da Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, na data de conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, com as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Debêntures em Circulação</b>	Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
<b>Debêntures do Lote Suplementar</b>	Até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, que poderiam ser emitidas exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , com as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Debenturistas</b>	Os titulares das Debêntures da presente Emissão.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.
<b>DOESP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>Dólar, USD ou US\$</b>	Dólar dos Estados Unidos da América.
<b>Diretoria</b>	Diretoria da Emissora. Para informações sobre a Diretoria, vide item 12.1 do Formulário de Referência.
<b>Emissão</b>	15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Emissora, realizada nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Emissora ou Companhia</b>	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

<b>Encargos Moratórios</b>	Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> , desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
<b>Escritura de Emissão</b>	Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., celebrado em 22 de agosto de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, inscrito na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/000, conforme aditado pelo Primeiro Aditamento, pelo Segundo Aditamento e pelo Terceiro Aditamento, o quais encontram-se anexos ao presente Prospecto.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Emissora.
<b>Evento de Inadimplemento</b>	Qualquer dos eventos previstos na seção “Informações Relativas à Emissão, às Debêntures e à Oferta – Vencimento Antecipado” deste Prospecto.
<b>Eventos de Vencimento Antecipado</b>	Eventos que geram o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, nos termos do item “Vencimento Antecipado”, na seção “Características da Oferta”, deste Prospecto e da Escritura de Emissão.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexado por referência a este Prospecto.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 471</b>	Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 28</b>	Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 358</b>	Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Investidores da Oferta</b>	Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a

	funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, além de investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409.
<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto sobre operações de câmbio.
<b>IOF/Títulos</b>	Imposto sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários.
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE.
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
<b>IRRF</b>	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.
<b>ISS</b>	Imposto sobre Serviços.
<b>Itaú BBA</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Capitais</b>	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Moody's</b>	Moody's América Latina Ltda.
<b>Oferta</b>	A oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400, Instrução CVM 471 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
<b>Opção de Debêntures Adicionais</b>	A opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar) em até 20% (vinte por cento) mediante a emissão das Debêntures Adicionais, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a qual não foi emitida.
<b>Opção de Lote Suplementar</b>	A opção que a Emissora concedeu aos Coordenadores para distribuição de lote suplementar de Debêntures, correspondente a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , a qual não foi exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
<b>Período de Capitalização</b>	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão.

<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Emissão e à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii), conforme aplicável.
<b>Prazo de Distribuição</b>	Prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, qual seja, seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
<b>Preço de Integralização</b>	Valor Nominal Unitário, em moeda corrente nacional, acrescido da Remuneração, definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , calculada pro rata <i>temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
<b>Primeiro Aditamento</b>	Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., anexo ao presente Prospecto, celebrado em 13 de setembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário para (i) prever a alteração da redação da alínea (I) do item 9.2. da Escritura de Emissão, tendo em vista a necessidade de correção da data e do prazo de vencimento da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, em que a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Agente Fiduciário da presente Emissão, também atua como agente fiduciário; (ii) refletir a data e o número de arquivamento da RCA perante a JUCESP e a data de publicação da RCA; e (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP, o qual foi inscrito na JUCESP em 28 de setembro de 2012 sob o n.º ED000996-9/001, e encontra-se anexo ao presente Prospecto.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	O procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir, de comum acordo com a Emissora a sobretaxa final da Remuneração.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O Prospecto Preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
<b>Prospecto ou Prospecto Definitivo</b>	Este Prospecto Definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
<b>Prospectos</b>	Este Prospecto e o Prospecto Preliminar, considerado em conjunto.
<b>RCA</b>	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012.
<b>RCA de 25 de Setembro</b>	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de setembro de 2012 que deliberou e aprovou, a nova sobretaxa máxima da Remuneração.

<b>Real ou R\$</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>Remuneração</b>	Juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, acrescida de uma sobretaxa de 1,24% (um inteiro e vinte e quatro centésimos por cento), ao ano, definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> , incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto na Escritura de Emissão e neste Prospecto na seção “Informações Relativas à Emissão, às Debêntures e à Oferta – Pagamento da Remuneração”.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
<b>Segundo Aditamento</b>	Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, anexo ao presente Prospecto, celebrado em 25 de setembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, para prever a nova sobretaxa máxima da Remuneração, o qual foi inscrito na JUCESP em 04 de outubro de 2012 sob o n.º ED000996-9/002, e encontra-se anexo ao presente Prospecto.
<b>Sisbacen</b>	Sistema de Informações do Banco Central.
<b>SDT</b>	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>SND</b>	SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Taxa DI ou Taxa DI-Over</b>	Taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>Over Extra-Grupo</i> , expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ).
<b>Terceiro Aditamento</b>	“Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado em 05 de outubro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário para refletir o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , o qual foi devidamente registrado perante a JUCESP em 17 de outubro de 2012, sob o n.º ED000996-9/003 e encontra-se anexo ao presente Prospecto.
<b>Termo de Cessão de Crédito</b>	Termo de Cessão de Crédito celebrado em 12 de maio de 2006 entre o Citibank e o Bradesco, no âmbito do Contrato de Abertura de Crédito, por meio do qual o Citibank cedeu ao Bradesco a titularidade e os direitos advindos das CCBs de números 08, 09 e 21 da série B.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
<b>10ª Emissão</b>	10ª (décima) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, a ser convertida para espécie quirografária, da Emissora, no montante total de R\$600 milhões.
<b>12ª Emissão</b>	12ª (décima segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, no montante total de R\$400 milhões.

## **DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA**

As informações constantes do Formulário de Referência, as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e as respectivas notas explicativas, e as Informações Trimestrais da Emissora (ITR) referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2012 são parte integrante deste Prospecto, sendo nele incorporadas por referência. Exceto por estes documentos, nenhum outro documento ou informação disponível no site da CVM ou Emissora ou da BM&FBOVESPA é incorporado a este Prospecto por referência.

### **Formulário Cadastral**

**CVM:** [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. Nesta página digitar “Eletropaulo” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Eletropaulo Metropolitana EL.S.Paulo S.A”. Na sequência, selecionar “Formulário Cadastral” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”); e

**BM&FBOVESPA:** [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) (neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Eletropaulo” no campo disponível. Em seguida acessar “Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.” e, posteriormente, no campo “Relatórios Financeiros”. No item “Formulário Cadastral”, acessar download da versão mais recente disponível.

### **Formulário de Referência**

Informações detalhadas sobre a Emissora, seus resultados, negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra disponível para consulta nos endereços eletrônicos abaixo. A versão mais recente do Formulário de Referência foi disponibilizada no sistema Empresas.net.

**Emissora:** [www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri) (neste *website*, no item “15ª Emissão de Debêntures”, clicar em “Prospecto Definitivo – 15ª Emissão de Debêntures”);

**CVM:** [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. Nesta página digitar “Eletropaulo” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Eletropaulo Metropolitana EL.S.Paulo S.A”. Na sequência, selecionar “Formulário de Referência” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”); e

**BM&FBOVESPA:** [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) (neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Eletropaulo” no campo disponível. Em seguida acessar “Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.” e, posteriormente, no campo “Relatórios Financeiros”, clicar em “Formulário de Referência”).

### **Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

**Emissora:** [www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri) (nesse *website*, clicar em “Central de Resultados” no item “Divulgação e Resultados” e acessar as demonstrações financeiras desejadas); e

**CVM**: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. Nesta página digitar “Eletropaulo” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Eletropaulo Metropolitana El.S.Paulo S.A”. Na sequência, selecionar em “Dados Econômicos Financeiros” e acessar o “Demonstrações Financeiras” e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”).

**BM&FBOVESPA**: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) (neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Eletropaulo” no campo disponível. Em seguida acessar “Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.” e, posteriormente, no campo “Relatórios Financeiros”, clicar em “Demonstrações Financeiras”).

### **Informações Trimestrais**

As Informações Trimestrais da Emissora - ITR da Emissora referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2012 e as respectivas notas explicativas encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

**Emissora**: [www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri) (nesse *website*, clicar em “Central de Resultados” no item “Divulgação de Resultados” e acessar as demonstrações financeiras desejadas); e

**CVM**: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. Nesta página digitar “Eletropaulo” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Eletropaulo Metropolitana El.S.Paulo S.A”. Na sequência, selecionar “Dados Econômicos Financeiros” e acessar o “ITR” versão 1.0 com data de entrega de 03 de agosto de 2012 e, posteriormente, clicar em “download” ou “consulta”).

**BM&FBOVESPA**: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) (neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Eletropaulo” no campo disponível. Em seguida acessar “Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.” e, posteriormente, no campo “Relatórios Financeiros”, clicar em “Informações Trimestrais - ITR”).

Adicionalmente, a versão eletrônica deste Prospecto poderá ser acessada nos seguintes endereços eletrônicos:

**Emissora**: [www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri) (neste *website*, no item “15ª Emissão de Debêntures”, clicar em “Prospecto Definitivo – 15ª Emissão de Debêntures”)

**Coordenador Líder**: [www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br) (neste *website* acessar o *link* “Ofertas Públicas” e, em seguida, no campo “Escolha o tipo de oferta e encontre na lista abaixo”, selecionar “Debentures”. Na sequência, procurar por “Eletropaulo” e clicar em “Prospecto Definitivo”)

**Itaú BBA**: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp> (neste *website* clicar em “AES Eletropaulo – Prospecto Definitivo da 15ª Emissão de Debêntures”)

**CETIP**: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste *website* selecionar “Prospectos”, em seguida “Prospectos de Debêntures”, digitar “Eletropaulo Metropolitana” e o ano “2012” e clicar em BUSCAR, na sequência acessar o link referente ao Prospecto Definitivo)

**BM&FBOVESPA**: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) (neste *website* acessar, na página inicial, “Empresas Listadas” e digitar “Eletropaulo” no campo disponível. Em seguida acessar “Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.” e, posteriormente, no campo “Informações Relevantes” clicar em “Prospectos de Distribuição Pública” para ter acesso a este Prospecto)

**CVM**: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. Nesta página digitar “Eletropaulo” e, em seguida, clicar em “Continuar” e depois em “Eletropaulo Metropolitana El.S.Paulo S.A”. Na sequência, selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Acessar download deste Prospecto com a data mais recente)

**ANBIMA**: <http://cop.anbima.com.br> (neste *website* acessar “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida acessar protocolo “014/2012” “Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” clicar no link referente ao último prospecto disponibilizado)



## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

<b>Identificação:</b>	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.695.227/0001-93, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE n.º 35300050274.
<b>Data e número de registro na CVM como companhia aberta:</b>	Registro obtido em 19 de agosto de 1993, sob n.º 01417-6.
<b>Sede:</b>	Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.
<b>Objeto Social:</b>	A Emissora tem por objeto: (I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no contrato de concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infraestrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.
<b>Diretoria de Relações com Investidores:</b>	A diretoria de relações com investidores da Emissora está localizada na sede da Emissora. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Rinaldo Pecchio Junior. O telefone do departamento de relações com investidores da Emissora é (11) 2195-7048, o fax é (11) 2195-2308 e o e-mail é <a href="mailto:ri.aeseletropaulo@aes.com">ri.aeseletropaulo@aes.com</a> .

**Atendimento aos Debenturistas**

O atendimento aos Debenturistas será efetuado nos mesmos locais de atendimento aos acionistas da Emissora, quais sejam: As agências do Banco Itaú S.A. e com os seguintes responsáveis: Belo Horizonte - MG (Avenida João Pinheiro, 195, térreo; Sra. Jussara M. F. Souza; tel.: (31) 3249.3524/3534); Brasília – DF (SCS Quadra 3, Edifício Dona Ângela, Sobreloja; Sra. Constância M. S. Oliveira; tel.: (61) 3316.4849/4850); Curitiba – PR (Rua João Negrão, 65, Sra. Márcia N. Machado; tel.: (41) 3320.4128/4129); Porto Alegre – RS (Rua Sete de Setembro, 746, Térreo; Sra. Sandra Ferreira da Silva/Neiva Rosani Birkhan; tel.: (51) 3210.9150/9151); Rio de Janeiro (Rua Sete de Setembro, 99, Subsolo, Sr. Paulo Tranchez; tel.: (21) 2202.2592); Salvador – BA (Avenida Estados Unidos, 50, 2º andar, Edifício Sesquicentenário; Sr. Watson Carlos P. Barreto; tel.: (71) 3319.8010/8067); e São Paulo – SP (Rua Boa Vista, 180, 1º Subsolo, Centro; Sra. Aparecida Procópio; tel.: (11) 3247.3138/3139).

**Auditores Independentes da Emissora:**

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. Para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, KPMG Auditores Independentes.

**Jornais nos quais divulga informações:**

As publicações determinadas pela Lei das Sociedades por Ações são realizadas no DOESP e no jornal “Valor Econômico”.

**Informações Adicionais:**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora poderão ser obtidos com a Emissora, em sua sede social ou no site ([www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri)).

## **INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

### **Administradores da Emissora**

Informações detalhadas sobre os Administradores da Emissora podem ser obtidas no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, disponível no *website* da Emissora e da CVM, nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto” deste Prospecto.

### **Emissora**

#### **Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**

Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 939, 5º andar, Torre II, Tamboré  
CEP 06460-040, Barueri – SP, Brasil  
At.: Sr. Rinaldo Pecchio Junior  
Tel.: (11) 2195-7048  
Fax: (11) 2195-2308  
E-mail: [ri.eletropaulo@aes.com](mailto:ri.eletropaulo@aes.com)  
Website: [www.aeseletropaulo.com.br/ri](http://www.aeseletropaulo.com.br/ri)

### **Coordenadores**

Informações adicionais sobre a Oferta e/ou as Debêntures poderão ser obtidas junto aos Coordenadores, nos seguintes endereços:

#### **Coordenador Líder**

##### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Avenida Paulista, 1450, 8º andar  
01310-100, São Paulo – SP, Brasil  
At.: Sr. Leandro Miranda  
Fone: (11) 2178-4800  
Fax: (11) 2178-4880  
E-mail: [leandro.miranda@bradescobbi.com.br](mailto:leandro.miranda@bradescobbi.com.br)  
Website: [www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br)

#### **Coordenador**

##### **Banco Itaú BBA S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 4º andar  
04538-132, São Paulo – SP  
At: Sr. Eduardo Prado  
Tel.: (11) 3708-8000  
Fax: (11) 3708-2533  
E-mail: [eduardo.prado@itaubba.com](mailto:eduardo.prado@itaubba.com)  
Website: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

**Agente Fiduciário**

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

Website: www.pentagonotrustee.com.br

**Banco Mandatário e Agente Escriturador**

O Banco Mandatário e o Agente Escriturador poderão ser contatados nos seguintes endereços:

***Banco Mandatário:*****Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

CEP 04309-010, São Paulo – SP

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

***Agente Escriturador:*****Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP 04538-132, São Paulo – SP

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Assessores Legais da Emissora**

Os assessores legais da Emissora podem ser contatados no seguinte endereço:

**Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados**

Rua Funchal, 418, 11º andar

04551-060, São Paulo – SP, Brasil

At.: Sr. Ronald Herscovici

Tel.: (11) 3089-6509

Fax: (11) 3089-6565

E-mail: ronald.herscovici@scbf.com.br

## **Assessores Legais dos Coordenadores**

Os assessores legais do Coordenador Líder podem ser contatados no seguinte endereço:

### **Lefosse Advogados**

Rua Iguatemi, 151, 14º andar  
01451-011, São Paulo – SP, Brasil  
At.: Sr. Carlos Barbosa Mello e Sra. Renata Cardoso  
Tel.: (11) 3024-6100  
Fax: (11) 3024-6200  
E-mail: carlos.mello@linklaters.com / renata.cardoso@linklaters.com

## **Audidores Independentes**

A empresa responsável por auditar as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 foi a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que pode ser contatada no seguinte endereço:

### **Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre 2, 10º andar  
CEP 04543-900, São Paulo - SP  
At.: José Antonio de A. Navarrete  
Tel: (19) 3322-0550  
Fax: (19) 3322-0559  
E-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com  
Website: www.ey.com.br

A empresa responsável por revisar as informações financeiras trimestrais da Emissora relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 foi a KPMG Auditores Independentes, que pode ser contatada no seguinte endereço:

### **KPMG Auditores Independentes**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar  
At.: José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Tel: (11) 2183-3103  
Fax: (11) 2183-3097  
E-mail: jcarvalho@kpmg.com.br  
Website: www.kpmg.com/br/pt/paginas/default.aspx

## **CETIP**

### **CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001, São Paulo – SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: valores.mobiliários@cetip.com.br  
Website: www.cetip.com.br

**CVM****Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andar

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE

CEP 20050-901, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3554-8686

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares

CEP 01333-010, São Paulo – SP

*Website:* [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo C deste Prospecto.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção contém um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto. Este sumário não contém todas as informações da Oferta que deverão ser consideradas pelos investidores antes de se tomar uma decisão de investir nas Debêntures. A leitura desta seção não substitui a leitura deste Prospecto e/ou do Formulário de Referência da Emissora.*

*Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência, **principalmente os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e nos itens “4.1” e “5” do Formulário de Referência**, bem como as Demonstrações Financeiras e Informações Financeiras Trimestrais - ITR da Emissora e suas respectivas notas explicativas.*

*Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

### **Emissora**

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

### **Agente Fiduciário**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Para fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos à emissão de debêntures feita pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

**O Agente Fiduciário presta serviços de agente fiduciário na 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora. Foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos e oito meses a contar da data de emissão, qual seja 20 de dezembro de 2005, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2018. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 9ª emissão e da 15ª emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.**

### **Banco Mandatário**

Itaú Unibanco S.A.

### **Agente Escriurador**

Itaú Corretora de Valores S.A.

### **Formador de Mercado**

Banco Bradesco S.A.

Para mais informações sobre as atividades de formador de mercado veja a seção “Informações Relativas à Oferta, à Emissão e às Debêntures – Formador de Mercado”, deste Prospecto”.

### **Coordenador Líder**

Bradesco BBI.

<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder e Itaú BBA, em conjunto.
<b>Número da Emissão</b>	A presente Emissão representa a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Emissora.
<b>Data de Emissão</b>	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 09 de outubro de 2012.
<b>Número de Séries</b>	A Emissão será realizada em série única.
<b>Valor Total da Emissão</b>	O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.
<b>Quantidade de Debêntures</b>	A Emissão é composta por 75.000 Debêntures.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondentes a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), que poderiam ser emitidas a critério da Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, na data de conclusão o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, com as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Opção de Debêntures Adicionais</b>	Opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar) em até 20% (vinte por cento) mediante a emissão das Debêntures Adicionais, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a qual não foi emitida.
<b>Debêntures do Lote Suplementar</b>	Até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, que poderiam ser emitidas exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , com as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Opção de Lote Suplementar</b>	Opção que a Emissora concedeu aos Coordenadores para distribuição de lote suplementar de Debêntures, correspondente a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , a qual não foi exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .



<b>Distribuição Parcial</b>	Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
<b>Forma e Comprovação de Titularidade</b>	As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP (SND).
<b>Conversibilidade</b>	As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
<b>Espécie</b>	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Distribuição e Negociação</b>	As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio no SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
<b>Regime de Colocação das Debêntures</b>	<p>As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, a ser prestada pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Distribuição. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição.</p> <p>Para mais informações acerca do regime de colocação das Debêntures, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Regime de Colocação das Debêntures” neste Prospecto.</p>
<b>Público Alvo</b>	As Debêntures serão colocadas junto a investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, além de investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto.

**Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização**

As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT no ato da subscrição e integralização, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

**Prazo de Distribuição**

Prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, qual seja, seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

**Prazo de Subscrição**

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição.

**Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª Emissão e da 12ª Emissão, cujos saldos dos valores de principal serão, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$199.980.000,00 (cento e noventa e nove milhões e novecentos e oitenta mil reais) e R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), respectivamente; (ii) ao pagamento integral das CCBs Citi, cujo saldo do valor de principal será, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora, caso haja saldo remanescente.

Para mais informações, veja a seção “Destinação dos Recursos” e “Operações Vinculadas à Oferta”, deste Prospecto.

**Prazo e Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados a Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 09 de outubro de 2018, ressalvadas as hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto. Para mais informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração, Oferta de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado” neste Prospecto.

**Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 1,24% (um inteiro e vinte e quatro centésimos por cento),

#### **Pagamento da Remuneração**

ao ano, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Para mais informações acerca da Remuneração, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração” neste Prospecto.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e da decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 09 de abril de 2013 e o último, na Data de Vencimento.

Para maiores informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures e das datas de pagamento da Remuneração, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração, Oferta de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado e Pagamento da Remuneração”, respectivamente, neste Prospecto.

#### **Procedimento de *Bookbuilding***

No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir, de comum acordo com a Emissora a sobretaxa final da Remuneração.

Para maiores informações acerca do Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Procedimento de *Bookbuilding*”, neste Prospecto.

#### **Pessoas Vinculadas**

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não foi aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas. **A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderia promover má formação na sobretaxa final da Remuneração, bem como**

**poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas poderiam optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.**

Para os fins do disposto neste item, considera-se “Pessoas Vinculadas”: (i) controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Emissão e à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii), conforme aplicável.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados neste Prospecto, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

**O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia promover a má formação na sobretaxa final de remuneração das Debêntures”, deste Prospecto.**

#### **Amortização do Principal**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 09 de outubro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento.

Para maiores informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures e das datas de pagamento e fração do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração, Oferta de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado e Amortização do Principal”, respectivamente, neste Prospecto.

#### **Repactuação Programada Aquisição Facultativa**

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou

**Oferta de Resgate Antecipado**

saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, e dos Encargos Moratórios, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

Para maiores informações acerca dos termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Oferta de Resgate Antecipado”, neste Prospecto.

**Resgate Antecipado Facultativo**

Não haverá resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures.

**Vencimento Antecipado**

Na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, devida desde a data da emissão, ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, no Período de Capitalização em questão, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios e, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial

**Adicionalmente, para descrição do risco associado a eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures, vide seção “Fatores de Risco – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a Eventos de Vencimento Antecipado”, deste Prospecto.** Para maiores informações acerca dos eventos, termos e condições de vencimento antecipado das Debêntures, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Vencimento Antecipado”, neste Prospecto.

**Quóruns de deliberação na Assembleia Geral de Debenturistas**

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima: (a) os quóruns expressamente previstos em outros itens e/ou cláusulas da Escritura de Emissão; e (b) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Inadimplemento, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro; (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste item, e/ou (viii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Para mais informações acerca das Assembleias Gerais de Debenturistas, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Assembleia Geral de Debenturistas”, neste Prospecto.

**Aprovações Societárias**

A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da RCA, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, cuja ata foi arquivada na JUCESP 03 de setembro de 2012, sob o n.º 385.755/12-0 e foi publicada no (i) DOESP e (ii) jornal “Valor Econômico”, em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 04 de outubro de 2012, sob o n.º 426.542/12-5, e foi publicada no (i) DOESP e (ii) jornal “Valor Econômico”, em 26 de setembro de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, deliberou e aprovou a nova sobretaxa máxima da Remuneração.

Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos da Escritura de Emissão, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

**Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures**

A Oferta não é destinada aos investidores (i) que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, pois apesar da Emissora ter celebrado o Contrato de Formador de Mercado para as Debêntures, o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de sociedades do setor elétrico brasileiro. **Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco – A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares” deste Prospecto. Sem prejuízo, os investidores deverão atentar para os demais fatores de risco relacionados à Emissora, conforme detalhadamente descritos nos itens “4.1” e “5” do Formulário de Referência da Emissora.**

**Fatores de Risco**

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto. Adicionalmente, para uma descrição completa de todos os riscos associados à Emissora, os investidores deverão ler os itens “4.1” e “5” do Formulário de Referência da Emissora.

**Cronograma da Oferta**

Para mais informações acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, a partir da data do protocolo do pedido de análise prévia de registro da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, neste Prospecto.

**Classificação de Risco (Rating)**

A Emissora contratou a Moody’s América Latina Limitada para a elaboração do relatório de classificação de risco para as Debêntures, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Moody’s América Latina Limitada atribuiu *rating* “Aa1.br” às Debêntures (para mais informações sobre a classificação de risco da Emissão, ver o Anexo E – “Relatório de Classificação de Risco das Debêntures”, deste Prospecto).

**Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, indicada na seção “Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, deste Prospecto.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

### Composição do Capital Social da Emissora

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$1.057.629.316,47 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.604.817 (sessenta e seis milhões, seiscentas e quatro mil, oitocentas e dezessete) ações ordinárias e 100.739.070 (cem milhões, setecentas e trinta e nove mil, e setenta e sete) ações preferenciais. O capital social autorizado da Emissora é de R\$ 3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais) sendo R\$ 1.082.900.000,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, novecentos mil reais) em ações ordinárias e R\$ 2.165.780.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) em ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal. O capital social da Emissora poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o montante de R\$3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais), por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, determinará a quantidade de ações ordinárias e preferenciais, conforme aplicável, a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Emissora, na data deste Prospecto:

Acionista	Quantidade de ações		(%)		% detido em relação ao capital social
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	
AES Elpa S.A.	51.825.798	-	77,81	-	30,97
Blackrock	-	5.287.774	-	5,25	3,16
Geração Futuro*	-	10.270.061	-	10,19	6,14
União Federal	13.342.384	258	20,03	0,00	7,97
Companhia Brasileira de Energia	-	7.434.390	-	7,38	4,44

\* Acionistas compostos por diferentes fundos de investimento/carteiras administradas.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Emissora, incluindo os acionistas da Emissora titulares demais de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Emissora indicados na tabela acima, bem como sobre o controle da Emissora, veja, respectivamente, os itens 17 e 15 do Formulário de Referência, anexado por referência ao presente Prospecto, nos endereços constantes da seção “Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto” neste Prospecto.



## **I. AUTORIZAÇÃO**

### ***A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão, foram aprovadas pela RCA***

A Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a Escritura de Emissão de forma a prever a sobretaxa final da Remuneração.

O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012, deliberou e aprovou a nova sobretaxa máxima da Remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

## **II. REQUISITOS**

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

### ***Arquivamento e Publicação da ata da RCA e da RCA de 25 de Setembro***

A ata da RCA foi arquivada na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º 385.755/12-0 e foi publicada no (i) DOESP e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. A ata da RCA de 25 de Setembro foi arquivada na JUCESP em 04 de outubro de 2012, sob o n.º ED000996-9/002, e foi publicada no (i) DOESP e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 26 de setembro de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos do item abaixo e da Escritura de Emissão, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

### ***Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos***

A Escritura de Emissão, o Primeiro Aditamento, o Segundo Aditamento e o Terceiro Aditamento foram inscritos na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/000, em 28 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/001, em 04 de outubro de 2012, sob o n.º 426.542/12-5 e em 17 de outubro de 2012, sob o n.º ED000996-9/003, respectivamente, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão (“Aditamentos”) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Quaisquer Aditamentos à Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos deste item e da Escritura de Emissão.

### ***Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM***

A Oferta foi registrada na CVM, na forma e nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, sendo o pedido de registro da Oferta submetido à análise prévia da ANBIMA, no convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA (“Convênio CVM-ANBIMA”), nos termos da Instrução da CVM 471 e do Código ANBIMA.

### ***Registro para Distribuição***

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente na CETIP.

## **Registro para Negociação e Custódia Eletrônica**

As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **III. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

A Emissora tem por objeto: (I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no contrato de concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infraestrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

### **IV. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª Emissão e da 12ª Emissão, cujos saldos dos valores de principal serão, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$199.980.000,00 (cento e noventa e nove milhões e novecentos e oitenta mil reais) e R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), respectivamente; (ii) ao pagamento integral das CCBs Citi, cujo saldo do valor de principal será, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora, caso haja saldo remanescente.

Para mais informações, veja a seção “Destinação dos Recursos” e “Operações Vinculadas à Oferta”, deste Prospecto.

### **V. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES**

#### ***Agente Fiduciário***

A Emissora constituiu e nomeou a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, como agente fiduciário representando a comunhão dos Debenturistas.

Para fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos à emissão de debêntures feita pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

**O Agente Fiduciário presta serviços de agente fiduciário na 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora. Foram emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos e oito meses a contar da data de emissão, qual seja 20**

de dezembro de 2005, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2018. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 9ª emissão e da 15ª emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.

#### ***Número da Emissão***

A presente Emissão representa a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Emissora.

#### ***Número de Séries***

A Emissão será realizada em série única.

#### ***Valor Total da Emissão***

O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### ***Quantidade de Debêntures***

A Emissão é composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures.

A Emissora outorgou aos Coordenadores a opção de distribuição de um lote suplementar de até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) do total das Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, a qual não foi exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.

A Emissora outorgou, ainda, aos Coordenadores a opção de distribuição de um lote adicional de até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondente a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), por meio da emissão de Debêntures adicionais na data de conclusão do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, a qual não foi exercida. As Debêntures Adicionais, caso fossem emitidas, teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

#### ***Banco Mandatário e Agente Escriturador***

O banco mandatário será o Itaú Unibanco S.A. O Banco Mandatário será o responsável por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores a serem pagos pela Emissora relacionados às Debêntures. O agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora. O Agente Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

### **Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

### **Data de Emissão**

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 09 de outubro de 2012.

### **Prazo e Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados a Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 09 de outubro de 2018, ressalvadas as hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

Para mais informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures veja os itens “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração”, “Oferta de Resgate Antecipado” e “Vencimento Antecipado” nesta seção.

### **Forma e Comprovação de Titularidade**

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP (SND).

### **Conversibilidade**

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### **Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografia, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

### **Prazo de Subscrição**

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição.

### **Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização**

As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT no ato da subscrição e integralização, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

### **Amortização do Principal**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e da decretação de vencimento antecipado das Debêntures, previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 09 de outubro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

<b>Data de Amortização das Debêntures</b>	<b>Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures</b>
09 de outubro de 2016	33,33%
09 de outubro de 2017	33,33%
09 de outubro de 2018	33,34%

Para mais informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures veja os itens “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração”, “Oferta de Resgate Antecipado” e “Vencimento Antecipado” nesta seção.

### **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 1,24% (um inteiro e vinte e quatro centésimos por cento), ao ano, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previstos no item “Pagamento da Remuneração” nesta seção. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Sendo que:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

Dik = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,2400, definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o parágrafo acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o parágrafo acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a fórmula estabelecida no parágrafo acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

O resgate descrito acima, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

A CETIP e o Agente Escriurador, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP (SND), deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o parágrafo acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

### **Pagamento da Remuneração**

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e da decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstos na Escritura de Emissão e neste Prospecto, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 09 de abril de 2013 e o último, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de pagamento da Remuneração
09 de abril de 2013
09 de outubro de 2013
09 de abril de 2014
09 de outubro de 2014
09 de abril de 2015
09 de outubro de 2015
09 de abril de 2016
09 de outubro de 2016
09 de abril de 2017
09 de outubro de 2017
09 de abril de 2018
09 de outubro de 2018

Para mais informações acerca das hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures veja os itens “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração”, “Oferta de Resgate Antecipado” e “Vencimento Antecipado” nesta seção.

### **Repactuação Programada**

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

### **Resgate Antecipado Facultativo**

Não haverá resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures.

### **Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item “Publicidade” abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso VI abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso III abaixo; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;



- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- V. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- VI. caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures, e caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures do que o volume inicialmente ofertado, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado e forem sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio;
- VII. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- VIII. com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

### ***Encargos Moratórios***

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### ***Local de Pagamento***

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

### ***Imunidade Tributária***

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos parágrafo acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste parágrafo, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

Mesmo que tenha recebido a documentação referida no parágrafo acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

### ***Prorrogação dos Prazos***

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

### ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos***

Sem prejuízo do disposto no item “Prorrogação dos Prazos” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

## **Publicidade**

Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.aeseletropaulo.com.br](http://www.aeseletropaulo.com.br)), bem como no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações relacionadas à Emissão e à Oferta, incluindo, mas sem limitação, a ata da RCA, da RCA de 25 de Setembro, o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, assim como as demais publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de “Aviso aos Debenturistas”, no jornal a ser substituído. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

## **Aquisição Facultativa**

À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, e dos Encargos Moratórios, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

## **Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

## **Fundo de Amortização**

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

## **Vencimento Antecipado**

Observado o disposto nos itens parágrafos abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, exceto a extinção, liquidação ou dissolução da (i) Eletropaulo Telecomunicações Ltda., e (ii) qualquer outra controlada, direta ou indireta, da Emissora desde que sua extinção, liquidação ou dissolução se realize em cumprimento das exigências relacionadas ao processo de desverticalização, conforme determinado pela Lei 10.848 de 14 de março de 2004, conforme alterada;

- (c) falta de pagamento, pela Emissora do Valor Total da Emissão e /ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas na Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de distribuição de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (e) transformação do tipo societário da Emissora;
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- (g) alteração do controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A., como acionista da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (h) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, para a qual (i) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas na alínea (c) acima) e/ou não pecuniária previstas na Escritura de Emissão dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (k) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

- (m) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura de Emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Emissão;
- (n) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, a partir de 30 de junho de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
  - (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos na Escritura de Emissão) não poderá ser superior a 3,5 vezes; e
  - (ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA pelas Despesas Financeiras (conforme definido na Escritura de Emissão) não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Emissora e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários; excluindo-se (i) empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”), e (ii) empréstimos concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”) e (iii) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA” significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

“Despesas Financeiras” significam as despesas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos a medida que tais financiamentos constituam Dívida. As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas (i) aos Empréstimos Compulsórios e (ii) aos Empréstimos Eletrobrás, desde que a Emissora esteja atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas de (a) a (i) do parágrafo acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento previstos nas demais alíneas do parágrafo acima (que não aquelas descritas no parágrafo acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas no item “Assembleia Geral de Debenturistas” abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o parágrafo acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável.

Na hipótese: (i) da não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no parágrafo acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Mandatário.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula Doze da Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Doze da Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

O resgate das Debêntures de que trata o parágrafo acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no parágrafo acima.

A CETIP e o Agente Escriurador, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP (SND), deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o parágrafo acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. Para fins das alíneas (a) e (b) acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial.

Os valores mencionados nas alíneas (f), (i) e (l) acima, serão atualizados pelo fator de variação da cotação de fechamento na data da ocorrência do evento, da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no SISBACEN, transação PTAX800, opção 5.

**Para maiores informações sobre o risco associado ao vencimento antecipado das Debêntures, por favor, leia a seção “Fatores de Risco - As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a Eventos de Vencimento Antecipado” deste Prospecto.**

## **VI. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

### ***Contrato de Distribuição***

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta nos endereços da Emissora e dos Coordenadores indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores” neste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada com as seguintes características:

### ***Colocação e Procedimento de Distribuição***

Após (a) a publicação do Aviso ao Mercado; (b) a disponibilização aos Investidores da Oferta do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência da Emissora, incorporado por referência ao Prospecto Preliminar; (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (d) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) a obtenção do registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP; (f) a publicação do Anúncio de Início; e (g) a disponibilização, aos Investidores da Oferta, deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto Definitivo, os Coordenadores realizarão a colocação das Debêntures, sob regime de garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores (exceto para as Debêntures do Lote Suplementar e para as Debêntures Adicionais que, caso fossem emitidas, seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do item Regime de Colocação abaixo), de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Distribuição, ao Investidores da Oferta, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto.

### ***Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding)***

No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir, de comum acordo com a Emissora a sobretaxa final da Remuneração.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio do Terceiro Aditamento, o qual foi inscrito na JUCESP, nos termos do item “Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos” acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da RCA e da RCA de 25 de Setembro.

### ***Pessoas Vinculadas***

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não foi aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas. **A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderia promover má formação na sobretaxa final da Remuneração, bem como poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas poderiam optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.**

Para os fins do disposto neste item, considera-se “Pessoas Vinculadas”: (i) controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Emissão e à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii), conforme aplicável.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados neste Prospecto, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

**O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia promover a má formação na sobretaxa final de remuneração das Debêntures”, deste Prospecto.**

### ***Plano de Distribuição***

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição foi fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora (“Plano de Distribuição”).

### ***Prazo de Distribuição***

O prazo para distribuição pública das Debêntures no âmbito da Oferta é de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

### ***Regime de Colocação das Debêntures***

Observadas as condições do Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, excluídas as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária respondendo cada qual exclusivamente pela parcela indicada na tabela abaixo.

A garantia firme de colocação para as Debêntures aqui descrita é outorgada à Emissora pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, para o Valor Total da Emissão (excluídas as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), e deverá ser exercida de forma proporcional às respectivas participações descritas abaixo (“Garantia Firme”):

<b>Coordenador</b>	<b>Montante Máximo da Garantia Firme de Colocação, na Data de Emissão</b>
Bradesco BBI	R\$375.000.000,00
Itaú BBA	R\$375.000.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$750.000.000,00</b>

A Garantia Firme somente será exercível (i) após o cumprimento de todas as condições precedentes do Contrato de Distribuição e (ii) na hipótese de não haver demanda de mercado para a totalidade das Debêntures até a Data Limite da Garantia Firme (conforme abaixo definida). A demanda de mercado apurada no Processo de *Bookbuilding* será abatida do montante da Garantia Firme.



A Garantia Firme é válida até 31 de dezembro de 2012 (“Data Limite da Garantia Firme”), podendo ser prorrogada exclusivamente a critério dos Coordenadores, de forma expressa e por escrito.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, após a expiração da Data Limite da Garantia Firme e não tendo prorrogada tal data, os Coordenadores estarão desonerados de quaisquer obrigações previstas neste item.

Os Coordenadores poderão vender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures subscritas em virtude do exercício da Garantia Firme por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva revenda. A venda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A venda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

As condições da Garantia Firme de colocação poderão ser revistas, nos termos do Contrato Distribuição, na eventualidade de ocorrerem mudanças nas condições do mercado financeiro que afetem a colocação das Debêntures. Adicionalmente, não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

A liquidação das Debêntures do Lote Adicional e das Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, seria realizada na Data de Liquidação.

Após a integral colocação das Debêntures, será publicado Anúncio de Encerramento.

### **Remuneração dos Coordenadores**

Pelos serviços prestados na forma prevista no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores, em até 1 (um) Dia Útil após a Data de Liquidação, remuneração composta por Comissão de Estruturação e Coordenação, Comissão de Garantia Firme, Comissão de Distribuição e Comissão de Sucesso (em conjunto, “Comissionamento”), conforme definido a seguir:

- (a) *Comissão de Estruturação e Coordenação*: correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), sobre o montante total das Debêntures efetivamente emitidas, com base no Preço de Integralização, incluindo eventuais Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, dividido entre os Coordenadores;
- (b) *Comissão de Distribuição*: correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), sobre o montante total das Debêntures efetivamente emitidas, com base no Preço de Integralização, incluindo eventuais Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, dividido entre os Coordenadores; e
- (c) *Prêmio de Garantia Firme de Colocação*: correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento), incidente sobre o volume total da Garantia Firme, independentemente do seu exercício, a ser rateado entre os Coordenadores na proporção da garantia firme de colocação prestada por cada um deles, nos termos do item “Regime de Colocação” acima; e
- (d) *Comissão de Sucesso*: correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor presente (descontado à taxa equivalente à Taxa DI-Over) da economia total gerada pela redução da taxa teto da Remuneração, no Procedimento do *Bookbuilding*, em relação a taxa teto da Remuneração, considerando o prazo total da Emissão e incluindo as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais.

Adicionalmente, caso a Emissora, a seu exclusivo critério, não realize a Emissão e a Oferta, conforme e na forma prevista no Contrato de Distribuição, descumpra quaisquer das condições precedentes do Contrato de Distribuição ou caso o Contrato de Distribuição seja resiliado involuntária ou voluntariamente, nos termos ali previstos, os Coordenadores farão jus a uma remuneração de 0,30% (trinta centésimos por cento), da totalidade do Comissionamento, incidentes sobre o Valor Total da Oferta (excluídas as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), a ser paga pela Emissora em 15 (quinze) Dias Úteis da data de comunicação pela Emissora da não realização da Emissão.

Além das comissões previstas acima, nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência da Oferta ou do Contrato de Distribuição, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

### ***Assembleia Geral de Debenturistas***

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista ou àquele que for designado pela CVM.

A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos de sua realização.

A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens e/ou Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- (b) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Inadimplemento, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro; (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos neste item, e/ou (viii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

### ***Demonstrativo do Custo de Distribuição***

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures:

<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Montante (em R\$)</b>	<b>% em relação ao Valor Total da Oferta</b>
<b>Volume da Oferta</b>	<b>750.000.000,00</b>	<b>100,00</b>
Comissão de Estruturação e Coordenação <sup>(1)</sup>	750.000,00	0,10%
Comissão de Colocação <sup>(1)</sup>	750.000,00	0,10%
Prêmio de Garantia Firme <sup>(1)</sup>	1.500.000,00	0,20%
Comissão de Sucesso <sup>(2)</sup>	0,00	0,00%
Tributos incidentes sobre o Comissionamento	0,00	0,00%
<b>Total de Comissões<sup>(2)</sup></b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>0,40%</b>
Taxa de registro na CVM	82.870,00	0,01%
Taxa de registro na ANBIMA	56.700,00	0,01%
Registro na Cetip <sup>(3)</sup>	161.100,00	0,02%
Advogados	320.000,00	0,04%
Auditores	410.000,00	0,05%
Classificação de Risco	35.000,00	0,01%
Agente Fiduciário <sup>(3)</sup>	3.500,00	0,00%
Banco Mandatário <sup>(3)</sup>	20.000,00	0,00%
Publicações	230.000,00	0,03%
Outros <sup>(4)</sup>	76.000,00	0,01%
<b>Total dos Custos</b>	<b>4.395.170,00</b>	<b>0,59%</b>
<b>Valor Líquido para a Emissora</b>	<b>745.604.830,00</b>	<b>99,41%</b>

<sup>(1)</sup> Calculado conforme descrito no item "Remuneração dos Coordenadores" acima.

<sup>(2)</sup> Incluindo os tributos incidentes sobre o Comissionamento.

<sup>(3)</sup> Valor anual.

<sup>(4)</sup> Inclui despesas com taxa de registro da escritura, impressão dos Prospectos, reuniões de *roadshow*, fotocópias no âmbito da Oferta, entre outros.

### **Custo Unitário**

A tabela abaixo apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Oferta:

Nº de Debêntures	Valor Nominal Unitário (em R\$)	Custos da Oferta (em R\$)	Custo por Debênture (em R\$)
75.000	10.000,00	4.395.170,00	58,60

### **Classificação de Risco (Rating)**

A Emissora contratou a Moody's América Latina Limitada para a elaboração do relatório de classificação de risco para as Debêntures, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Moody's América Latina Limitada atribuiu *rating* "Aa1.br" às Debêntures (para mais informações sobre a classificação de risco da Emissão, ver o Anexo E - "Relatório de Classificação de Risco das Debêntures", deste Prospecto).

### **Formador de Mercado**

A Emissora contratou o Bradesco, acionista controlador do Coordenador Líder, como formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures da presente Emissão que estiverem registradas para negociação na CETIP (SND), com a finalidade de fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário mediante a existência de ofertas firmes diárias de compra e venda para esses valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável e conforme o Contrato de Formador de Mercado. Para mais informações acerca do relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado, veja a seção "Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores – Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder", deste Prospecto.

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida junto ao Formador de Mercado (Núcleo Administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, s/nº - SP) e à Emissora, no endereço indicado na seção "Informações sobre Administradores, Coordenadores, Consultores e Auditores", deste Prospecto.

### **Público Alvo**

As Debêntures serão colocadas junto aos Investidores da Oferta, quais sejam, investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, além de investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto.

### **Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures**

A Oferta não é destinada aos investidores (i) que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, pois apesar da Emissora ter celebrado o Contrato de Formador de Mercado para as Debêntures, o mercado secundário para negociação de debêntures no Brasil é restrito; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de sociedades do setor elétrico brasileiro. **Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção "Fatores de Risco- A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares". Sem prejuízo, os investidores deverão atentar para os demais fatores de risco relacionados à Emissora, conforme detalhadamente descritos nos itens "4.1" e "5" do Formulário de Referência da Emissora.**

### **Manifestação de Aceitação à Oferta**

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP.

### ***Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta***

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Preliminar que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, em ambos os casos, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

### ***Modificação da Oferta***

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 03 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### ***Suspensão da Oferta***

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, abaixo nesta seção. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 03 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Cancelamento ou Revogação da Oferta**

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 03 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### **Cronograma de Etapas da Oferta**

Abaixo está o cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

Nº.	Eventos	Data prevista
	Protocolo do pedido de análise prévia de registro na ANBIMA por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	
1.	Divulgação de Comunicado ao Mercado sobre a realização do protocolo do pedido de análise prévia de registro na ANBIMA por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	10.08.2012
2.	Realização da RCA	21.08.2012
	Publicação do Aviso ao Mercado	
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar aos investidores da Oferta Início das apresentações aos potenciais investidores da Oferta Início do procedimento de coleta de intenções de investimentos	03.09.2012
4.	Encerramento das apresentações aos potenciais investidores da Oferta	06.09.2012
5.	Realização da RCA que aprovou a nova sobretaxa máxima da Remuneração	25.09.2012
6.	Publicação de Comunicado ao Mercado informando a nova sobretaxa máxima da Remuneração e o novo cronograma de etapas da Oferta	26.09.2012
7.	Encerramento do procedimento de coleta de intenções de investimentos Realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	05.10.2012
8.	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	18.10.2012
9.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização deste Prospecto Definitivo aos investidores da Oferta	23.10.2012
10.	Liquidação da Oferta	24.10.2012
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento	29.10.2012

*\* As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores.*

Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver nesta seção os itens "Manifestação de Aceitação à Oferta", "Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Modificação da Oferta", "Suspensão da Oferta" e "Cancelamento ou Revogação da Oferta", deste Prospecto. Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no "DOESP" e no jornal "Valor Econômico" e no *website* da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.aeseletropaulo.com.br/ri>).

### **Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", indicada na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", deste Prospecto.

## RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

### Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantinha, com o Coordenador Líder e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico, os seguintes relacionamentos:

Coordenador nas seguintes emissões:

- (i) 11<sup>a</sup> (décima primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), no montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“Debêntures 11<sup>a</sup> Emissão”). As Debêntures 11<sup>a</sup> Emissão foram emitidas em 01 de novembro de 2007 e tem prazo de vencimento de 11 (onze) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de novembro de 2018, com pagamentos semestrais de juros, correspondentes à Taxa DI-Over + 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, e pagamento de principal no 9º e 11º anos, no montante de R\$100 milhões, respectivamente. Tal operação foi contratada para realização de investimentos no sistema de distribuição da Emissora. Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Coordenador Líder recebeu uma remuneração de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);
- (ii) 13<sup>a</sup> (décima terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, perfazendo o montante total de R\$400 milhões (“Debêntures 13<sup>a</sup> Emissão”). As Debêntures da 13<sup>a</sup> Emissão foram emitidas em 14 de maio de 2010 e tem prazo de vencimento de 10 anos, vencendo-se, portanto, em 14 de maio de 2020, com pagamentos semestrais de juros a Taxa DI-Over + 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano e pagamento do principal 14 de maio de 2013, em 8 parcelas anuais, conforme descrito a seguir: 5% (R\$20 milhões) na 1ª e 2ª parcelas, 10% (R\$40 milhões) na 3ª e 4ª parcelas, 20% (R\$80 milhões) na 5ª, 6ª e 7ª parcelas e 10% (R\$40 milhões) na 8ª e última parcela. Tais operações foram contratadas para parcelamento dos *bonds* denominados em Reais, emitidos pela Emissora em junho de 2005, e para financiar parte dos investimentos de 2010. Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Coordenador Líder recebeu uma remuneração de R\$5.760.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais);
- (iii) 14<sup>a</sup> (décima quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) perfazendo o montante total de R\$600 milhões (“Debêntures 14<sup>a</sup> Emissão”). As Debêntures 14<sup>a</sup> Emissão foram emitidas em 28 de novembro de 2011 e tem prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 28 de novembro de 2021, pagamentos semestrais de juros a Taxa DI-Over + 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano e pagamento do principal será realizado em 04 (quatro) parcelas anuais conforme descrito a seguir: a 1ª parcela de 10% (R\$ 60 milhões) em 28 de novembro de 2018, e a 2ª, 3ª e 4ª parcelas de 30% (R\$180 milhões) cada uma, devidas sempre em 28 de novembro dos anos de 2019, 2020 e 202. Tal operação foi contratada para recomposição de caixa em virtude das amortizações de dívida da Emissora referentes a 2011 e 2012. Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Coordenador Líder recebeu uma remuneração de R\$4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais); e
- (iv) Debêntures da AES Tietê S.A.- Foram emitidas 90.000 (noventa mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 mil, perfazendo o montante total de R\$900 milhões (“Debêntures AES Tietê”). As Debêntures AES Tietê foram emitidas em 01 de abril de 2010 e tem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2015. O principal será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º (terceiro) ano contado da data de emissão. A remuneração é equivalente a Taxa DI-Over +1.20% a.a. e é paga semestralmente. Os recursos obtidos por meio das Debêntures AES Tietê foram

destinados ao pagamento da dívida da emissora com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Os custos de transação das Debêntures AES Tietê foram de R\$4.897.117,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil e cento e dezessete reais). Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Coordenador Líder recebeu uma remuneração de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Outras operações:

- (i) O Bradesco possui 24.639 (vinte e quatro mil seiscentas e vinte e nove) Debêntures AES Tietê em carteira, em operação compromissada com a Bradesco Leasing, sociedade integrante do conglomerado econômico do Coordenador Líder;
- (ii) O Bradesco possui 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convertida para espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) da 10ª Emissão ("Debêntures 10ª Emissão"), perfazendo na data deste Prospecto, o montante total de, aproximadamente, R\$3.135 milhões. As Debêntures 10ª Emissão foram emitidas em 15 de setembro de 2007, com prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2013, com juros remuneratórios correspondentes à Taxa DI-Over + 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, os quais são pagos semestralmente a partir da data de emissão das Debêntures 10ª Emissão, e pagamento de principal no 4º, 5º e 6º ano de vigência das debêntures;
- (iii) O Bradesco possui 665 (seiscentas e sessenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, todas nominativas e escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) da 12ª Emissão ("Debêntures 12ª Emissão"), perfazendo, na data deste Prospecto, o montante total de, aproximadamente, R\$690 mil. As Debêntures 12ª Emissão foram emitidas em 01 de abril de 2010, com prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de setembro de 2014, com juros remuneratórios correspondentes à Taxa DI-Over + 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, os quais são pagos semestralmente a partir da data de emissão das Debêntures 10ª Emissão, e pagamento de principal na data de vencimento das Debêntures 12ª Emissão;
- (iv) Cédulas de Crédito Bancário - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Bradesco, ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600 milhões com remuneração semestral de Taxa DI + 1,50% ao ano, e pagamento anual de principal, a partir de 26 de novembro de 2012, com prazo final de 120 meses, conforme descrito a seguir: 5% (R\$ 30 milhões) no 3º e 4º anos, 10% (R\$60 milhões) no 5º e 6º anos, 20% (R\$120 milhões) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$60 milhões) no 10º ano. Tais operações foram contratadas para reforço de capital de giro e investimentos;
- (v) Cédulas de Crédito Bancário: 6 (seis) CCBs Citi, no montante total de R\$37 milhões (e, na data deste Prospecto, R\$18,5 milhões), remuneração de Taxa DI + 1,20% ano e vencimento em 12 de maio de 2015, as quais foram cedidas pelo Citibank ao Bradesco, em 12 de maio de 2006, por meio da celebração do Termo de Cessão de Crédito, no âmbito do Contrato de Abertura de Crédito. O Bradesco não recebeu qualquer remuneração na referida operação;
- (vi) Arrecadação: Em junho de 2012, o volume de arrecadações das sociedades do conglomerado econômico do Bradesco, via Bradesco, atingiu valor aproximado de R\$246 milhões, totalizando 1,2 milhão de títulos arrecadados. Esta arrecadação refere-se aos pequenos e médios consumidores de energia;
- (vii) Cobrança: a Emissora mantém em carteira de cobrança no Bradesco aproximadamente R\$200 milhões, totalizando 4,7 mil títulos. Este saldo de cobrança refere-se aos grandes clientes consumidores de energia;



- (viii) Seguros: a Emissora possui contratado com a Bradesco Seguros, apólices de seguro saúde, vida e dental, com prêmio faturado mensal de aproximadamente R\$6,8 milhões, beneficiando aproximadamente 17 mil funcionários do grupo;
- (ix) A Emissora possui aplicações em Certificados de Depósito Bancário de aproximadamente R\$11,9 milhões, aplicadas entre outubro/2011 e julho/2012, com vencimento entre setembro/2013 a junho/2014. As aplicações possuem remunerações que variam de 99,0% a 100,0% da Taxa DI ao ano. Tais operações foram contratadas com a finalidade de aplicações financeiras em renda fixa. Por essas aplicações financeiras, o Bradesco BBI não recebeu remuneração;
- (x) Operações compromissadas: aplicações de aproximadamente R\$ 254 milhões, aplicadas entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, com vencimento em dezembro de 2013 e remunerações que variam entre 100,0% a 103,0% da Taxa DI-Over ao ano. Tais operações foram contratadas com a finalidade de aplicações financeiras em renda fixa. Por essas aplicações financeiras, o Bradesco BBI não recebeu remuneração; e
- (xi) Formador de Mercado: A Emissora contratou o Bradesco, acionista controlador do Coordenador Líder, como formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures da presente Emissão que estiverem registradas para negociação na CETIP (SND), com a finalidade de fomentar a liquidez das Debêntures no mercado secundário mediante a existência de ofertas firmes diárias de compra e venda para esses valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável e conforme o Contrato de Formador de Mercado. Pela prestação dos serviços de formador de mercado, a Emissora pagará, mensalmente, ao Bradesco o valor fixo total de R\$9.000,00 (nove mil reais). O Contrato de Formador de Mercado vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, entretanto, ser prorrogado por períodos iguais ou inferiores, mediante acordo prévio das partes.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% (cinco por cento) do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento da Emissora com o Itaú BBA**

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Itaú BBA, além do relacionamento referente à presente Oferta.

A Emissora mantém relacionamento comercial com o Itaú BBA, inclusive serviços de *cash management*. Na data deste Prospecto, o Itaú BBA é credor da Emissora nas operações financeiras destacadas abaixo:

- (i) Operações de capital de giro com montante de aproximadamente R\$20.100.000,00 (vinte milhões e cem mil reais), tendo sido contratadas a partir de maio de 2007 e tendo vencimentos pulverizados, sendo que o último deles será em 12 de maio de 2015. A taxa desse financiamento é de CDI + 1,20% a.a.;
- (ii) Debêntures 11ª Emissão no volume aproximado de R\$103.000.000,00 (cento e três milhões de reais);
- (iii) O Itaú Unibanco, acionista controlador do Itaú BBA, é detentor de 333 (trezentas e trinta e três) Debêntures 10ª Emissão, perfazendo na data deste Prospecto, o montante total de, aproximadamente, R\$2,3 milhões;
- (iv) O Itaú Unibanco, acionista controlador do Itaú BBA, é detentor de 5.584 (cinco mil quinhentas e oitenta e quatro) Debêntures 12ª Emissão, perfazendo na data deste Prospecto, o montante total de, aproximadamente, R\$ 5,8 milhões;
- (v) Fianças que totalizam aproximadamente R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais) tendo como finalidade garantir processos judiciais. A primeira delas foi contratada em maio de 1999 e quase a totalidade tem prazo de vencimento indeterminado em razão da natureza das discussões. As taxas contratuais variam de 1,30% a.a. a 1,65% a.a.;
- (vi) Operações de Finame somam, aproximadamente, R\$4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) e possuem taxa de 8,70% a.a.. A contratação se iniciou em agosto de 2011 e o último vencimento ocorre em maio de 2016. O Itaú BBA não recebeu comissão pela estruturação das referidas operações de Finame. Além disso, a Emissora possui uma proposta de Finem junto ao BNDES, a qual resulta em um capital comprometido de R\$770.000.000,00 (setecentos e setenta milhões de reais), com taxa contratual de 1,00% a.a. O desembolso desse valor depende de algumas condições precedentes, inclusive aprovação por parte do BNDES; e
- (vii) Operações compromissadas no valor de aproximadamente R\$105.600.000,00 (cento e cinco milhões e seiscentos mil reais), contratadas entre dezembro de 2011 e julho de 2012, com vencimentos entre novembro de 2013 e julho de 2014 e taxas que variam de 100,8% a 102,2% do CDI a.a. Tais operações foram contratadas com a finalidade de aplicações financeiras em renda fixa. Por essas aplicações financeiras, o Itaú BBA não recebeu remuneração.

Adicionalmente, o Itaú BBA atuou como coordenador na oferta pública de distribuição das Debêntures 10ª Emissão. Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Itaú BBA recebeu uma remuneração de R\$1,9 milhões.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não tinha qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% (cinco por cento) do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

## APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES

### Apresentação do Coordenador Líder

Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e, originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o "*Best Investment Bank 2012 in Brazil*" pela *Global Finance Magazine*, tendo assessorado, no primeiro semestre de 2012, 88 transações de *Investment Banking*, com volume de aproximadamente R\$80,184 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2012:

- Em ofertas de renda variável, marcou presença em *IPOs* e *Follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* em 2 ofertas de destaque, o *Follow-on* da Qualicorp no valor de R\$ 759 milhões, o *IPO* do Banco BTG Pactual, maior oferta pública inicial de ações do Brasil em 2012 e uma das maiores do mundo, no valor de R\$ 3,2 bilhões. Entre as diversas transações realizadas em 2011 destacam-se: *IPO* da Qualicorp S.A., no montante de R\$1.085 milhões; *IPO* da Abril Educação S.A., no montante de R\$371 milhões; *Follow-on* da Gerdau S.A., no montante de R\$4.985 milhões (transação vencedora da premiação "*Deal of the year*" na América Latina pela Revista Euromoney); *Follow-on* da BR Malls Participações S.A., no montante de R\$731 milhões; e fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões. Em 2011, o Bradesco BBI classificou-se em 3º (terceiro) lugar por número de operações, segundo a Bloomberg. Em 2010, destaca-se a atuação como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R\$120,2 bilhões, transação vencedora do "*Best Equity Deal of the Year*" pela Global Finance.
- Em renda fixa, o Bradesco BBI encerra o primeiro semestre de 2012, mantendo a liderança obtida em 2011, ocupando a 1ª (primeira) colocação no Ranking Anbima de Originação por Volume e por Número de Operações, tanto por Valor quanto por Número de Operações. No primeiro semestre coordenou 62 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$12,72 bilhões, representando um *market share* de 27,6%. O Bradesco BBI também ocupa posição de liderança em Securitizações, classificando-se em 1º (primeiro) lugar por Número de Operações no Ranking ANBIMA de Securitização. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no primeiro semestre como *Joint Bookrunner* em 7 emissões de *Bonds* que totalizaram aproximadamente US\$6,2 bilhões. Em *Project Finance*, o Bradesco BBI é o atual líder do ranking ANBIMA na categoria Estruturador de Financiamento de Projetos, considerando as operações de curto e longo prazos. No primeiro semestre, o Bradesco BBI esteve envolvido em diversos mandatos de assessoria e estruturação financeira para projetos de geração de energia, complexos portuários, de mineração e de logística.
- Em fusões e aquisições no primeiro semestre de 2012, o Bradesco BBI classificou-se em 1º (primeiro) lugar entre os bancos que assessoraram M&A no Brasil, segundo o Ranking da Bloomberg. Dentre as transações anunciadas no primeiro semestre de 2012, destacamos: Venda da Usina Passos para Olam Int'l, por R\$255 milhões; Venda do Controle da Multiner para o Grupo Bolognesi, por R\$ 2,800 bilhões; Aquisição da Comgás para a Cosan, por R\$ 4.654 milhões; Aquisição de 50% da Tecondi para a Aba Participações, por R\$587,3 milhões; Venda de 100% da Tecondi para Ecorodovias por R\$1.417 milhões; Aquisição de ativos de transmissão de energia da Cemig para a Taesa por R\$950 milhões; Aquisição da Salfer para a Máquina de Vendas; Aquisição da Cimpor para a Camargo Correa, por 9.306 milhões; Aquisição da Pargim Empreendimentos e Participações S.A. para a Aliansce Shopping, por R\$574 milhões; Assessoria à LAN no fechamento de capital da TAM na BM&FBOVESPA; Assessoria à MPX Energia S.A. na venda de parte de seu capital à Eon; Assessoria à JBS no *spin-off* e listagem da Vigor na BM&FBOVESPA e Aquisição da Ri Happy para o Carlyle, por R\$ 352 milhões.

Ademais, o Bradesco, acionista controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 25,5 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 65,3 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. No segundo trimestre de 2012, o lucro líquido foi de R\$ 5,7 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$ 830,5 bilhões e R\$ 63,9 bilhões, respectivamente.

### **Apresentação do Itaú BBA**

Banco Itaú BBA S.A, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$208 bilhões e, uma carteira de crédito de R\$150 bilhões, em 30 de junho de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai. A área de *Investment Banking* oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no Ranking Anbima de Distribuição no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do BNDESPar (R\$2,0 bilhões), SulAmérica (R\$500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$1,2 bilhões), da BR Malls (R\$405 milhões), da Fleury (R\$450 milhões) e da Contax (R\$400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Natura (R\$400 milhões), Contax (R\$ 120 milhões), BR Malls (R\$200 milhões), da Autoban (R\$950 milhões) e da Contax (R\$230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), FIDC Intermedium (R\$150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2012 (até 31 de Julho) o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 20 ofertas de *bonds* de empresa Latino-americanas, cujo montante total alcançou mais de US\$16 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú BBA atuou como *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Odebrecht (US\$1,0 bilhão), Embraer (US\$500 milhões), OGX (US\$1,0 bilhão), Braskem (US\$250 milhões), Minerva (US\$350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$300 milhões), Petrobras (US\$7,0 bilhões), Codere (US\$300 milhões), Banco Itaú (US\$550 milhões), Arauco (US\$500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$825 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência "*Institutional Investor*".

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

## OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto, a Emissora utilizará parte dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão para o (i) resgate antecipado da totalidade das Debêntures 10ª Emissão e das Debêntures 12ª Emissão, cujos saldos dos valores de principal serão, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$199.980.000,00 (cento e noventa e nove milhões e novecentos e oitenta mil reais) e R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), respectivamente; e (ii) pagamento integral das CCBs Citi, cujo saldo do valor de principal será, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

### Coordenador Líder

#### CCBs Citi

Na data deste Prospecto, o Bradesco, acionista controlador do Coordenador Líder, é detentor das seguintes CCBs Citi, no montante total de, aproximadamente, R\$18,5 milhões, na data deste Prospecto, as quais foram cedidas pelo Citibank ao Bradesco, em 12 de maio de 2006, por meio da celebração do Termo de Cessão de Crédito, no âmbito do Contrato de Abertura de Crédito:

CCBs Citi	Principal (em R\$) <sup>1</sup>	Taxa de juros	Prazo e Data de Vencimento
nº 09/28 – Série A	R\$5.000.000,00	Taxa Flutuante equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, acrescida de juros à taxa efetiva mensal de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.	9 (nove) anos, com vencimento final em 12 de maio de 2015.
nº 10/28 – Série A	R\$5.000.000,00		
nº 26/28 – Série A	R\$9.000.000,00		
nº 08/24 – Série B	R\$5.000.000,00		
nº 09/24 – Série B	R\$5.000.000,00		
nº 21/24 – Série B	R\$8.000.000,00		

<sup>1</sup> Valor do principal na data de emissão das referidas CCBs Citi, qual seja, 12 de maio de 2006.

A intenção do Bradesco em adquirir tais CCBs Citi em receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

#### Debêntures 10ª Emissão

Na data deste Prospecto, o Bradesco, acionista controlador do Coordenador Líder, possui 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) Debêntures 10ª Emissão, perfazendo o montante total de, aproximadamente, R\$3.135 milhões.

A intenção do Bradesco, acionista controlador do Coordenador Líder, com a subscrição e integralização das Debêntures 10ª Emissão foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

#### Debêntures 12ª Emissão

Na data deste Prospecto, o Bradesco possui 665 (seiscentas e sessenta e cinco) Debêntures 12ª Emissão, perfazendo o montante total de, aproximadamente, R\$690 mil.

A intenção do Bradesco com a subscrição e integralização das Debêntures 12ª Emissão foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, não há qualquer outra operação celebrada entre a Emissora e o Coordenador Líder e/ou sociedade do seu conglomerado econômico que esteja vinculada à presente Oferta. Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção "Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores – Relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder", deste Prospecto.

## **Itaú BBA**

### ***Debêntures 10ª Emissão***

Na data deste Prospecto, o Itaú Unibanco, acionista controlador do Itaú BBA, é detentor de 333 (trezentas e trinta e três) Debêntures 10ª Emissão, perfazendo, o montante total de, aproximadamente, R\$2,3 milhões.

A intenção do Itaú Unibanco com a subscrição e integralização das Debêntures 10ª Emissão foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

### ***Debêntures 12ª Emissão***

Na data deste Prospecto, o Itaú Unibanco, acionista controlador do Itaú BBA, é detentor de 5.584 (cinco mil quinhentas e oitenta e quatro) Debêntures 12ª Emissão, perfazendo na data deste Prospecto, o montante total de, aproximadamente, R\$5,8 milhões;

A intenção do Itaú Unibanco com a subscrição e integralização das Debêntures 12ª Emissão foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Itaú BBA concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Itaú BBA, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, não há qualquer outra operação celebrada entre a Emissora e o Itaú BBA e/ou sociedade do seu conglomerado econômico que esteja vinculada à presente Oferta. Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o Itaú BBA e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção "Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores – Relacionamento da Emissora com o Itaú BBA", deste Prospecto.



## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das Debêntures 10ª Emissão e das debêntures da 12ª Emissão, cujos saldos dos valores de principal serão, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$199.980.000,00 (cento e noventa e nove milhões e novecentos e oitenta mil reais) e R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), respectivamente; (ii) ao pagamento integral das CCBs Citi, cujo saldo do valor de principal será, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na data de emissão das CCBs Citi; e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora, caso haja saldo remanescente.

Dívida	Taxa de juros	Prazo	Destinação de Recursos
10ª Emissão	Juros correspondentes a 100,0% (cem por cento) da Taxa DI-Over, com base em um ano base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de <i>spread</i> de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano.	Seis anos, com vencimento final em 15 de setembro de 2013.	Pré pagamento do saldo das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 8ª emissão de debêntures, realizada em 23 de setembro de 2005, no valor de R\$800.000.000,00.
12ª Emissão	Juros correspondentes a 100,0% da Taxa DI, com base em um ano de base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de <i>spread</i> de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.	Quatro anos, com vencimento final em 1º de abril de 2014.	Pagamento dos <i>Bonds</i> emitidos pela Emissora em 28 de junho de 2005, no valor de R\$474.060.000,00
CCBs Citi	Taxa Flutuante equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, acrescida de juros à taxa efetiva mensal de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.	9 (nove) anos, com vencimento final em 12 de maio de 2015.	Pagamento de dívida reestruturada no ano de 2004 e para outros fins diversos.

Sendo assim, a Emissora pretende utilizar os recursos líquidos a serem auferidos na Emissão da seguinte forma:

Destinação dos Recursos	Porcentagem aproximada	Valor aproximado (em R\$)
Resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª Emissão	26,66%	R\$199.980.000,00
Resgate antecipado da totalidade das debêntures da 12ª Emissão	53,33%	R\$400.000.000,00
Pagamento integral das CCBs Citi	20%	R\$150.000.000,00
Reforço de capital de giro da Emissora	0,01%	R\$20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$750.000.000,00</b>

Para maiores informações acerca das debêntures da 10ª Emissão e 12ª Emissão e das CCBs Citi, veja o item 18.5 do Formulário de Referência, disponível nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto” neste Prospecto. Adicionalmente, para mais informações sobre o impacto da Oferta na situação patrimonial da Emissora, vide seção “Capacidade de Pagamento” neste Prospecto.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Emissora após os eventos descritos abaixo, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes (considerando seu endividamento líquido, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e em 30 de junho de 2011:

	Seis meses findos em 30 de junho de 2012	Seis meses findos em 30 de junho de 2011
	<i>(em R\$ milhões)</i>	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	199,9	768,7
Caixa líquido das atividades de investimento	(88,0)	344,0
Caixa líquido das atividades de financiamento	(196,6)	(1.091,8)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(84,7)	20,9

Para mais informações sobre a capacidade de pagamento da Emissora veja (i) seção 10 do Formulário de Referência da Emissora, disponível no *website* da Emissora e da CVM e (ii) as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* da Emissora e da CVM nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto” neste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

O quadro abaixo apresenta os endividamentos de curto e longo prazo constantes das demonstrações financeiras da Emissora e sua capitalização em 30 de junho de 2012, e conforme ajustado para refletir o recebimento dos recursos auferidos por meio dessa Oferta, sem considerar a Opção de Debêntures Adicionais e a Opção de Lote Suplementar, e a destinação dos recursos da Oferta, conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto:

	Efetivo	Ajustado pela Oferta <sup>(1)</sup>
	<i>(em milhões de R\$)</i>	
<b>Empréstimos, financiamentos e Debêntures de curto prazo<sup>(2)</sup></b>	<b>351,1</b>	<b>301,1</b>
Empréstimos e financiamentos .....	92,4	92,4
Debêntures .....	258,6	208,6
<b>Empréstimos, financiamentos e Debêntures de longo prazo<sup>(2)</sup></b>	<b>2.688,9</b>	<b>2.738,9</b>
Empréstimos e financiamentos .....	674,2	674,2
Debêntures .....	2.014,7	2.064,7
<b>Patrimônio Líquido:</b>		
Capital social .....	1.057,6	1.057,6
Reservas de capital .....	16,9	16,9
Reservas de lucros .....	976,5	976,5
Lucros acumulados .....	216,8	216,8
Ajustes de avaliação patrimonial .....	1.374,1	1.374,1
Total do patrimônio líquido .....	3.641,9	3.641,9
<b>Capitalização total .....</b>	<b>6.681,9</b>	<b>6.681,9</b>

<sup>(1)</sup> Considerando a 15ª emissão de debêntures no valor bruto de R\$750 milhões e os custos de emissão no valor de R\$4,4 milhões, haverá um desembolso líquido de R\$745,6 milhões. Este valor será utilizado para liquidar a 10ª Emissão e a 12ª Emissão e os CCBs Citi que somados geram um montante de R\$750 milhões no mês de desembolso da Oferta. A diferença de R\$4,4 milhões entre o total desembolsado e o montante a ser pago das dívidas que serão pré-pagas será suprido pelo caixa da Emissora.

<sup>(2)</sup> Foram considerados o total de empréstimos, financiamentos e debêntures denominados em reais e o total dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, para os quais a Emissora tem instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* contratados para proteção contra riscos cambiais.

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com (i) seção 10 do Formulário de Referência da Emissora, disponível no *website* da Emissora e da CVM e (ii) as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* da Emissora e da CVM nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto” neste Prospecto.

## FATORES DE RISCO

*Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.*

*O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no **Formulário de Referência**, **principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Emissora.** A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência.*

*Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora atualmente acredita que poderão afeta-la de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora, ou que a Emissora atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há certeza de que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a Eventos de Vencimento Antecipado***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência de um evento de vencimento antecipado, hipótese em que a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante em seus resultados e operações. Para descrição completa dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, vide seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Vencimento Antecipado” deste Prospecto.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Emissora.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar

dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Emissora e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta. Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

#### ***A Espécie das Debêntures é Quirografária.***

As Debêntures são quirografárias e não contam com nenhuma garantia ou preferência. Desta forma, em caso de falência ou procedimento similar, o pagamento das Debêntures estará subordinado ao pagamento de todas as obrigações com garantia real e/ou privilégio da Emissora. Assim, na hipótese de liquidação da Emissora, a liquidação dos créditos relativos às Debêntures pela Emissora estará subordinada à liquidação de todos os créditos com garantia real e/ou privilégio da Emissora, preferindo, apenas, (i) às dívidas subordinadas da Emissora e (ii) ao acionista da Emissora na realização do ativo remanescente, se houver. Portanto, em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

#### ***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores das Debêntures sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário.

#### ***Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP***

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

#### ***Risco relativo ao resgate antecipado das Debêntures e à extinção e não substituição da Taxa DI***

As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora e, adicionalmente, deverão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora em caso de não aprovação pelos Debenturistas de taxa substitutiva à taxa que remunera as Debêntures. Em ambas as hipóteses, poderá haver um aumento da tributação incidente decorrente da redução do prazo de investimento.

Nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à acumulação da Taxa DI. Caso a Taxa DI deixe de ser apurada ou divulgada por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas

para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Caso, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.

Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

***A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.***

A sobretaxa final da Remuneração foi definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual puderam ser aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderia promover má formação na sobretaxa final da Remuneração, bem como poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas poderiam optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

## **ANEXOS**

---

**Anexo A** - Estatuto Social da Emissora

**Anexo B** - Cópia dos Atos Societários da Emissora Relativos à Oferta

**Anexo C** - Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder

**Anexo D** - Cópia da Escritura de Emissão, do Primeiro Aditamento e do Segundo Aditamento e do Aditamento à Escritura Referente ao Resultado do Procedimento de *Bookbuilding*

**Anexo E** - Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ANEXO A**

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL DA  
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

**CAPÍTULO I  
DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE**

**Artigo 1º** A Companhia é denominada ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, e é regida por este Estatuto Social, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e pela legislação aplicável em vigor.

**Parágrafo Primeiro** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”).

**Parágrafo Segundo** - As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º** A Companhia tem por objeto: I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra

exploráveis de usinas e reservatórios; IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infraestrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

**Artigo 3º** A Companhia tem sede e domicílio na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e mediante resolução da Diretoria Executiva, poderá, a Companhia, abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do país, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e a manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverá ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES**

**Artigo 4º** Todas as ações da sociedade serão nominativas escriturais ("escriturais"), permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o artigo 35 da mencionada Lei.

**Artigo 5º** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.316,47 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), dividido em 167.343.887 (cento e sessenta e sete milhões, trezentas e quarenta e três mil, oitocentas e oitenta e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.604.817 (sessenta e seis milhões, seiscentas e quatro mil e oitocentas e dezessete) ações ordinárias e 100.739.070 (cem milhões, setecentas e trinta e nove mil e setenta) ações preferenciais.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - Cada ação preferencial escritural confere ao seu titular o direito a voto, exclusivamente nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Parágrafo Único do Artigo 25 deste Estatuto, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, nas hipóteses dos artigos 31 e 33 deste Estatuto; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos deste Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa

**Parágrafo Terceiro** - As ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, com voto restrito, irrogáveis e não conversíveis em ordinárias, terão as seguintes características:

- (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- (iii) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e
- (iv) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante, nos termos do Capítulo X deste Estatuto Social.

**Parágrafo Quarto** - As ações preferenciais adquirirão, entretanto, direito de voto para quaisquer deliberações se a Companhia deixar de pagar, por 03 (três) exercícios consecutivos, os dividendos a que fizerem jus.

**Artigo 6º** O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais) sendo R\$ 1.082.900.000,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, novecentos mil reais) em ações ordinárias e R\$ 2.165.780.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) em ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Dentro do limite previsto no "caput" deste artigo, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as espécies então existentes.

**Parágrafo Segundo** - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

### **CAPÍTULO III**

#### **ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Artigo 7º** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva tomarão posse nos 30 (trinta) dias subseqüentes às suas respectivas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo Segundo** - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços

no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 8º** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, residentes ou não no País, observada a legislação vigente, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Artigo 9º** Caberá à Assembleia Geral eleger e destituir os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes (os "Conselheiros Independentes"), tal como definidos no Regulamento do Nível 2, os quais devem ser expressamente declarados como tais na Assembleia que os eleger.

**Parágrafo Segundo** - Os titulares das ações preferenciais e os empregados, estes organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger, cada um, um membro efetivo, e seu respectivo suplente, do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** - Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei n.º 6.404/76, bem como aqueles conselheiros eleitos no parágrafo segundo deste artigo, sendo que neste último caso estes também deverão preencher os requisitos constantes da definição de Conselheiro Independente prevista pelo Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo Quarto** - O único representante dos empregados da sociedade e seu respectivo suplente será eleito na forma da legislação societária.

**Parágrafo Quinto** - Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo Primeiro acima resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo Sexto** - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

**Parágrafo Sétimo** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro efetivo ou suplente do Conselho de Administração, deverá ser realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger seu substituto, sendo que o membro suplente do Conselho de Administração deverá substituir o respectivo conselheiro efetivo que deixou o seu cargo até que seja eleito novo membro para ocupar o cargo.

**Parágrafo Oitavo** - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos demais membros do Conselho de Administração, cumprindo, o substituto, o prazo de gestão pelo prazo restante.

**Parágrafo Nono** - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Artigo 10** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, podendo dita convocação ser solicitada, de forma justificada, por qualquer membro do Conselho. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

**Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, em primeira convocação, e de 03 (três) dias úteis, em segunda convocação, e com apresentação da data, horário e local da reunião, bem como da pauta dos assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Segundo** - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião, observadas, quando aplicáveis, as



condições estabelecidas para o exercício do voto dos Conselheiros previstas no artigo 118 parágrafos 8º e 9º da Lei n.º 6.404/76, e no Acordo de Acionistas da Companhia Brasileira de Energia, celebrado em 22 de dezembro de 2003 e posteriores aditamentos e arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participaram da reunião por meio de conferência telefônica deverão assinar a respectiva ata e enviá-la à Companhia via fac-símile, comprometendo-se a assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 05 (cinco) dias contados da realização da reunião.

**Artigo 11** Além daqueles previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) convocar a Assembleia Geral;
- (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor Vice-Presidente que cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;
- (iv) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria Executiva e dos balanços consolidados que deverão ser submetidos à sua apreciação, preferencialmente dentro de 02 (dois) meses contados do término do exercício social;
- (v) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas contra as disposições deste Estatuto;
- (vi) estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela Assembleia Geral;
- (vii) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar (i) no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual,

semestral ou trimestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;

(viii) a aprovação, no início de cada exercício, dos Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreenderão os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, bem como suas revisões;

(ix) a celebração de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, instrumentos ou investimentos de capital, financiamentos, empréstimos, mútuos, outorga de garantias de qualquer natureza e a assunção de obrigações em nome de terceiros em um valor total anual superior, conjunta ou separadamente, a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto nos seguintes casos: (i) os contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros que não sejam controladores diretos ou indiretos da Companhia e suas afiliadas ou (ii) se estiverem especificados no Plano de Negócios Anual;

(x) a venda, a locação, cessão, transferência, alienação, liquidação ou outra disposição, de qualquer ativo ou participação acionária da Companhia por um preço que exceda, conjunta ou separadamente, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto nos seguintes casos: (i) se estiverem especificados no Plano de Negócios Anual ou (ii) os contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros que não sejam controladores diretos ou indiretos da Companhia e suas afiliadas;

(xi) a liquidação, venda, transferência ou alienação de bens integrantes do ativo permanente da companhia de valor total anual superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), bem como a constituição de hipoteca, oneração ou qualquer gravame sobre esses bens desde que não especificados no Plano de Negócios Anual da Companhia;

(xii) a aquisição de quaisquer bens cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(xiii) a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com as sociedades controladoras diretas ou indiretas, controladas ou coligadas dessas;

(xiv) a celebração de acordos, transações ou contratos de assistência técnica ou prestação de serviços com sociedades estrangeiras;

(xv) deliberar a respeito da constituição de empresas controladas pela Companhia e/ou da alienação direta ou indireta da participação da Companhia e das suas empresas controladas;

(xvi) a celebração de qualquer contrato com qualquer acionista da Companhia;

- (xvii) a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;
- (xviii) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;
- (xix) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado;
- (xx) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais ("Commercial Papers");
- (xxi) indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo;
- (xxii) aprovar os regimentos internos dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- (xxiii) a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários;
- (xxiv) aprovar a emissão de quaisquer documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou particular, bem como a celebração de acordos pela Companhia ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de sua própria emissão;
- (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- (xxvi) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tripla para a escolha de instituição ou empresa especializada em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de aquisição de ações da Companhia para cancelamento do registro de companhia, na forma do Capítulo XI deste Estatuto, ou de saída no Nível 2 de Governança Corporativa, na forma do Capítulo XII deste Estatuto.

**Parágrafo Único** - A Companhia complementar a previdência social a seus empregados na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V COMITÊ DE GESTÃO**

**Artigo 12** - O Comitê de Gestão da Política de Investimentos e Operacional, que atuará junto ao Conselho de Administração e à Diretoria da Companhia, terá como função o assessoramento ao Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** - O Comitê de Gestão terá funcionamento permanente e será composto por 06 (seis) membros, indicados na forma do Acordo de Acionistas da Companhia Brasileira de Energia, celebrado em 22 de dezembro de 2003, e seus aditamentos, e arquivado na sede da companhia.

**Parágrafo Segundo** - Compete ao Comitê de Gestão: (i) analisar as propostas do Plano de Negócios Anual; (ii) analisar as propostas de planos de investimentos na expansão, reposição e melhorias das instalações, programação e orçamento de operação e manutenção da Companhia; (iii) acompanhar a evolução dos índices de desempenho da Companhia; (iv) aferir a adequada prestação de serviços da Companhia, em atendimento aos padrões exigidos pelo órgão regulador; e (v) acompanhar a execução do Plano de Negócios Anual, assim como a análise de todas as questões que envolvam aspectos estratégicos e relevantes de natureza técnico-operacional, jurídica, administrativa, econômico-financeira, ambiental e social.

## **CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Artigo 13** A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta de, no máximo, 25 (vinte e cinco) Diretores Vice-Presidentes, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no País, acionistas ou não, cujo mandato terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** - Durante o período do impedimento temporário de qualquer Diretor Vice-Presidente, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por um Diretor Vice-Presidente especial a ser designado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 14** Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

**Artigo 15** À Diretoria Executiva compete administrar e representar a sociedade, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 11 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - A Diretoria Executiva deverá disponibilizar todas as informações solicitadas pelos membros do Comitê de Gestão e do Conselho de Administração.

**Artigo 16** A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa do Diretor Presidente ou a pedido de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único** - As decisões da Diretoria Executiva deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões, lavradas no livro próprio.

**Artigo 17** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, serão necessárias, para vincular a Companhia:

- (i) a assinatura do Diretor-Presidente; ou
- (ii) a assinatura de qualquer 01 (um) dos Diretores Vice-Presidentes;
- (i) a assinatura de 01 (um) Procurador, agindo em conformidade com os limites especificamente estabelecidos na respectiva procuração que será outorgada na forma deste Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - Os Diretores Vice-Presidentes deverão apresentar, ao Diretor Presidente, relatórios mensais de sua gestão, cabendo ao Diretor Presidente a representação da Diretoria perante o Conselho de Administração e Assembleias Gerais da Companhia.

**Artigo 18** Os instrumentos de mandato da Companhia deverão sempre ser assinados, conjuntamente, por 02 (dois) executivos: pelo Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Vice-Presidente, ou por 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes, e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes. Os instrumentos de mandato serão outorgados por prazo certo não superior a 01 (um) ano, exceto os instrumentos de mandatos outorgados: (i) para fins judiciais, arbitrais e/ou administrativos em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo; e (ii) em decorrência de editais de leilões de compra de energia elétrica homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## **CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL**

**Artigo 19** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas na forma da legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

**Parágrafo Segundo** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição de Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

## **CAPÍTULO VIII ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 20** - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, um vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nos termos da legislação pertinente e, extraordinariamente, sempre que necessário, seja em função dos interesses sociais, ou de disposição deste Estatuto Social, ou quando a legislação aplicável assim o exigir.

**Parágrafo Único** - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do referido órgão consubstanciar o aludido ato.

**Artigo 21** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência por 01 (um) membro da Diretoria Executiva por ele indicado. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa.

**Parágrafo Primeiro** - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral seguirão aqueles previstos na legislação aplicável em vigor.

**Parágrafo Segundo** - A fim de comparecer à Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade.

**Artigo 22** - As deliberações da Assembleia Geral serão tornadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas.

**Parágrafo Único** - O exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais sujeitar-se-á, quando for o caso, às condições estabelecidas no Acordo de Acionistas da Companhia Brasileira de Energia, celebrado em 22 de dezembro de 2003 e respectivos aditamentos e arquivado na sede da companhia.

## **CAPÍTULO IX**

### **EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 23** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 24** Ao final de cada exercício social serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

**Parágrafo Primeiro** - Após efetivadas as deduções previstas em lei e neste Estatuto Social, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo** - Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo Terceiro** - Poderão ser destinados até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado a uma Reserva Especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar a cifra do capital social.

**Parágrafo Quarto** - Poderá ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, alterado pelo artigo 78 da Lei n.º 9.430/96, e na respectiva regulamentação, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

**Parágrafo Quinto** - Caberá ao Conselho de Administração, observada a Legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cujo pagamento vier a deliberar.

**Parágrafo Sexto** - A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício, montante que para tal fim será considerado pelo seu valor líquido do Imposto de Renda retido na fonte.



**Parágrafo Sétimo** - Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

## **CAPÍTULO X**

### **ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE DA COMPANHIA**

**Artigo 25** A Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

**Parágrafo Único** - Para os fins deste Estatuto Social os termos Ações em Circulação, Alienação de Controle, Poder de Controle, Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Adquirente e Valor Econômico, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Nível 2.

**Artigo 26** A oferta pública de aquisição de ações, referida no artigo 25 deste Estatuto, também será exigida: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia.

**Parágrafo Único** - Também estará obrigado a efetivar a oferta pública nos termos do artigo 25 deste Estatuto aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese o acionista adquirente deverá pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

**Artigo 27** Na hipótese do item (ii) do "caput" do art. 26, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

**Artigo 28** Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições da mesma, será dirimida por meio de arbitragem, na forma do artigo 39 deste Estatuto.

**Artigo 29** A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle da Companhia enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo Único** A Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referido no "caput" deste Artigo.

**Artigo 30** As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente.

## **CAPÍTULO XI**

### **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

**Artigo 31** O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia e deverá ter como preço mínimo, obrigatoriamente, o Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** - O laudo de avaliação referido no "caput" deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência

comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n.º 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

**Parágrafo Segundo** - Para fins da oferta pública de que trata o Capítulo XI do presente Estatuto Social, compete privativamente à Assembleia Geral escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia a partir de apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

**Artigo 32** Quando informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação pelo qual formulará a oferta pública.

**Parágrafo Primeiro** - A oferta pública ficará condicionada a que o valor econômico, conforme apurado no laudo de avaliação a que se refere o artigo 31, não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante, conforme previsto no "caput" deste artigo.

**Parágrafo Segundo** - Caso o Valor Econômico determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo Valor Econômico, conforme apurado no referido laudo de avaliação, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

## **CAPÍTULO XII**

### **SAÍDA DO NÍVEL<sup>2</sup> DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**Artigo 33** Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro

para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º do artigo 31, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** - A oferta pública a que se refere o "caput" deverá ser efetuada também em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**Parágrafo Segundo** - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública prevista neste artigo na hipótese da saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa ocorrer em da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**Artigo 34** Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

**Parágrafo Primeiro** - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Parágrafo Segundo** - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa,

cabará aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 35** A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 31 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no “caput” decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no “caput”.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no “caput” ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

**Parágrafo Quarto** - Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no “caput”, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 36** Caso ocorra Alienação do Controle da Companhia até 12 (doze) meses após a data em que a Companhia tiver deixado de integrar o Nível 2 de Governança Corporativa, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, estarão obrigados realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às Alienações de Controle previstas na Seção VIII do Regulamento do Nível 2 e neste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do Regulamento do Nível 2, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão, conjunta e solidariamente, obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no "caput" deste artigo 36.

**Parágrafo Segundo** - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar nos registros mantidos pela instituição depositária das ações escriturais de emissão da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Adquirente daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, conforme previsto no artigo 36 e parágrafo 1º acima.

### **CAPÍTULO XIII LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 37** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que a Assembleia Geral determinará a forma de Liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

### **CAPÍTULO XIV ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 38** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo os Presidentes das Assembleias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia absterem-se de computar votos contrários aos seus termos. Encontra-se arquivado na sede da Companhia o Acordo de Acionistas da Companhia Brasileira de Energia, celebrado inicialmente em 22 de dezembro de 2003, conforme aditado.

### **CAPÍTULO XV JUÍZO ARBITRAL**

**Artigo 39** A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

## **CAPÍTULO XVI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 40** A Companhia adotará as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários e as práticas da BM&FBOVESPA relativas à Governança Corporativa, objetivando otimizar o seu desempenho e proteger os investidores mediante ações que garantam transparência, equidade de tratamento aos acionistas e prestações de contas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ANEXO B**

Cópia dos Atos Societários da Emissora Relativos à Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



NIRE 35300050274  
CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2012**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 21 de agosto de 2012, às 14h00, na sede social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia” ou “Emissora”), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar,, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os Srs. Britaldo Pedrosa Soares, Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Kenneth Joseph Zagzebski, Heloísa Regina Guimarães de Menezes, Sérgio Silva do Amaral, Flora Lúcia Marin de Oliveira, Manuel Jeremias Leite Caldas e Sérgio Canuto da Silva.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernerd Raymond Da Santos Ávila e secretariados pela Srta. Karina Oliveira Maffei.
- 4. ORDEM DO DIA:** 1) Aprovação da realização da Décima Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Companhia (“15ª Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”), e do convênio celebrado em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA” e “Convênio CVM-ANBIMA”, respectivamente) (“Oferta”); e 2) Delegação de poderes à Diretoria da Companhia, a fim de autorizar



DUCEP

a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da 15ª Emissão e da Oferta.

**5. DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração:

**5.1. Aprovação da 15ª Emissão:** aprovaram a 15ª Emissão, que será objeto de oferta pública em regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto para as Debêntures do Lote Suplementar e para as Debêntures Adicionais, conforme definido no item (d) abaixo, as quais, se emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores (conforme abaixo definido)), nos termos da Instrução CVM 400 e terá as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) na data de emissão, observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou do exercício da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definido no item (d) abaixo; **(b) Número da Emissão e Número de Séries:** a emissão constitui a 15ª (décima quinta) emissão da Companhia e será realizada em série única; **(c) Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento:** a data de emissão das Debêntures será definida na escritura da 15ª Emissão ("Escritura da 15ª Emissão"). As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a serem previstas na Escritura da 15ª Emissão; **(d) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo). A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada a critério da Companhia, com a prévia concordância das instituições intermediárias da Oferta ("Coordenadores"), em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais") e/ou, a critério dos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Companhia, em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no procedimento de *bookbuilding* para coleta de intenções de investimentos nas Debêntures em diferentes índices de remuneração, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") para apuração, em comum acordo com a



## DUCE SP

Companhia, de taxa final da Remuneração (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, (Opção de Lote Suplementar). As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso emitidas, terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas e, serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação; **(e) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil de reais) na data de emissão (Valor Nominal Unitário); **(f) Forma:** as Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados; **(g) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; **(h) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária; **(i) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da 15ª Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª (décima) e 12ª (décima segunda) emissão da Emissora; (ii) ao pagamento integral das Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Emissora em 2006, com a coordenação do Citibank S.A. (CCBs); e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora, caso haja saldo remanescente; **(j) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de emissão até a data de efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos aplicáveis à CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP); **(k) Resgate Antecipado Facultativo:** as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo total ou parcial; **(l) Oferta de Resgate Antecipado:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar ou não a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade (Oferta de Resgate Antecipado), nos termos da Escritura da 15ª Emissão; **(m) Remuneração:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo (Taxa DI-Over), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de *spread* (ou sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em todo caso, limitado a até 1,09% (um inteiro e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor



## DUCEP

Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) desde a data de emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento; **(n) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência das hipóteses do resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures a serem previstas na Escritura da 15ª Emissão, o pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, em datas a serem definidas na Escritura da 15ª Emissão; **(o) Amortização:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência das hipóteses do resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures a serem previstas na Escritura da 15ª Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano contado da data de emissão, sendo a última parcela devida na data de vencimento das Debêntures; **(p) Vencimento Antecipado:** na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na Escritura da 15ª Emissão, o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a data da emissão, ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos pela Companhia, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial; **(q) Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(r) Procedimentos de Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; **(s) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto para as Debêntures do Lote Suplementar e para as Debêntures Adicionais, as quais, se emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação); **(t) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração e das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures relativamente a qualquer obrigação decorrente das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o



## DECISÃO

montante devido e não pago; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e **(u) Análise Prévia da ANBIMA e Registro na CVM:** a Oferta será registrada perante a CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da ANBIMA e da CVM, por meio do Convênio CVM-ANBIMA, e em observância ao disposto no “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas”.

**5.2. Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** diante da competência privativa do Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia realizada nos termos do inciso (xxiv) do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração delegou poderes à Diretoria, ficando esta autorizada a: (i) contratar os Coordenadores, instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures da 15ª Emissão; (ii) contratar os prestadores de serviços da 15ª Emissão, tais como o banco mandatário e custodiante, e assessores legais, entre outros; (iii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da 15ª Emissão e da Oferta, incluindo sem limitação, à assinatura da Escritura da 15ª Emissão, do contrato de colocação da Oferta, das cartas de manifestação encaminhadas à CETIP, ANBIMA e à CVM, demais documentos da 15ª Emissão e da Oferta e eventuais aditamentos necessários referentes aos documentos da 15ª Emissão e da Oferta; (iv) negociar os termos e condições finais dos documentos da 15ª Emissão e da Oferta, e seus eventuais aditamentos, incluindo obrigações da Companhia, eventos de inadimplemento, condições de vencimento antecipado das Debêntures e declarações a serem prestadas; (v) decidir pela emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar, e (vi) aprovar a Remuneração das Debêntures da 15ª Emissão apurada em Procedimento de *Bookbuilding* até o valor máximo estabelecido pelo Conselho de Administração no item (m) acima.

**6. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. Barueri, 21 de agosto de 2012.



JUCESP

**Assinaturas:** **Mesa:** Bernerd Raymond Da Santos Ávila – Presidente; Karina Oliveira Maffei – Secretária. **Conselheiros de Administração:** Britaldo Pedrosa Soares, Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Kenneth Joseph Zagzebski, Heloísa Regina Guimarães de Menezes, Sérgio Silva do Amaral, Flora Lúcia Marin de Oliveira, Manuel Jeremias Leite Caldas e Sérgio Canuto da Silva.

Barueri, 21 de agosto de 2012.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

  
Karina Oliveira Maffei  
Secretária



(Esta página é parte integrante da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. realizada em 21 de agosto de 2012)



**ELETROPAULO METROPOLITANA  
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

NIRE 35300050274

CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2012**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 25 de setembro de 2012, às 14h00, na sede social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação nos termos do Estatuto Social, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, os Srs. Vincent Winslow Mathis, Britaldo Pedrosa Soares, Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Kenneth Joseph Zagzebski, Francisco Jose Morandi López, Heloísa Regina Guimarães de Menezes, Sérgio Canuto da Silva, Sérgio Silva do Amaral, Flora Lúcia Marin de Oliveira e Manuel Jeremias Leite Caldas.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vincent Winslow Mathis e secretariados pela Srta. Karina Oliveira Maffei.
4. **ORDEM DO DIA:** 1) Deliberar sobre a alteração do limite da sobretaxa aplicado à Décima Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Companhia ("15ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente); e 2) Ratificar as demais deliberações havidas na ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 21 de agosto de 2012, às 14h00.
5. **DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração:

**5.1. Alteração de característica da Oferta:** aprovaram o novo limite da sobretaxa aplicado às Debêntures da 15ª Emissão conforme segue: “(m) **Remuneração:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo* (“Taxa DI-Over”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de *spread* (ou sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em todo caso, limitado a até 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) desde a data de emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento;”.

**5.2. Ratificação das demais deliberações:** aprovaram a ratificação de todas as demais deliberações havidas na ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 21 de agosto de 2012, as 14h00.

**6. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. Barueri, 25 de setembro de 2012. **Assinaturas: Mesa:** Vincent Winslow Mathis – Presidente; Karina Oliveira Maffei – Secretária. **Conselheiros de Administração:** Vincent Winslow Mathis, Britaldo Pedrosa Soares, Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Kenneth Joseph Zagzebski, Francisco Jose Morandi López, Heloísa Regina Guimarães de Menezes, Sérgio Canuto da Silva, Sérgio Silva do Amaral, Flora Lúcia Marin de Oliveira e Manuel Jeremias Leite Caldas.

Barueri, 25 de setembro de 2012.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio

  
Karina Oliveira Maffei  
Secretária



---

**ANEXO C**

Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”), vem, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, a serem emitidas em série única, da 15ª (décima quinta) emissão da Emissora (“Debêntures” e “Oferta”, respectivamente), nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas as Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no Formulário de Referência, elaborado conforme os anexos 23 e 24 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência”) e nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta (“Prospecto Preliminar” e “Prospecto Definitivo”, respectivamente), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar são e que integrarão o Prospecto Definitivo serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar contêm e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes a sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (v) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Barueri 22 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_  
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor Vice-Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Cibele Castro  
Diretora Vice-Presidente



**Bradesco BBI**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**

O BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1450, 8º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da forma nominativa e escritural, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais) ("Debêntures"), perfazendo na data de emissão das Debêntures, qual seja, 09 de outubro de 2012 ("Data de Emissão") o montante total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de Reais), da 15ª (segunda) emissão pública da ELETROPaulo METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Emissão" e "Emissor", respectivamente), a ser realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis ("Oferta"), a ser coordenada pelo Coordenador Líder e pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, em conjunto com o Coordenador Líder "Coordenadores", vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

**CONSIDERANDO QUE:**

- A. O Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- B. para a realização da Oferta, está sendo efetuado auditoria jurídica na Emissora e em suas controladas, iniciada em agosto de 2012 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (Décima Quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A." ("Prospecto Definitivo");
- C. por solicitação do Coordenador Líder, a Emissora contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos da norma do IBRACON, NPA Nº 12, com relação ao "Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (Décima Quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A." ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- D. foram disponibilizados pela Emissora os documentos que a Emissora considerou relevantes para a Oferta;
- E. além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora, os quais a Emissora confirmou ter disponibilizado; e
- F. a Emissora confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) as informações prestadas pela Emissora, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são, nas datas de suas respectivas divulgações, suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

1





# Bradesco BBI

O Coordenador Líder, ainda, declara que:

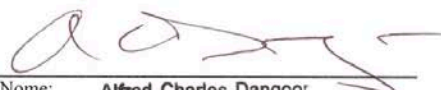
- (i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (ii) o Prospecto Preliminar for elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborada de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 22 de agosto de 2012.

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**



Nome: Renato Eijnisman  
Cargo: Diretor Gerente



Nome: Alfred Charles Dangoor  
Cargo: Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ANEXO D**

Cópia da Escritura de Emissão, do Primeiro Aditamento e do Segundo Aditamento e do Aditamento à Escritura Referente ao Resultado do Procedimento de *Bookbuilding*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP



JUCESP PROTOCOLO  
0.896.954/12-2



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA, QUINTA) SÉRIE DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, EM SERIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SERIE ÚNICA, DE EMISSÃO DA ELETROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

ENTRE

ELETROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.  
*Emissora*

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*Agente Fiduciário*

22 DE AGOSTO DE 2012

**JUCESP**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora e ofertante das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**ELETROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park – Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO**

1.1. A 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”), e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 (“RCA”), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e de acordo com inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora.

1.2. A RCA aprovou, dentre outras características da Emissão e da Oferta, a taxa máxima da Remuneração (conforme definido abaixo), a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a esta Escritura de Emissão de forma a prever a taxa final da Remuneração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS**

2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

**2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da RCA**

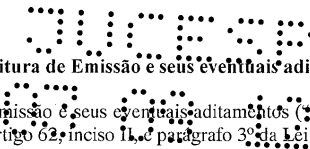
2.1.1.1. A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição desta Escritura de Emissão nos termos do item 2.1.2. abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.



γ





## 2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso I, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos deste item 2.1.2..

## 2.1.3. Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM

2.1.3.1. A Oferta será registrada na CVM, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Capitais”), da Instrução CVM 400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”) e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis. O registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, devendo o pedido de registro da Oferta ser submetido à análise prévia da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), no convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA (“Convênio CVM-ANBIMA”), nos termos da Instrução da CVM 471, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”) e do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, vigentes nesta data (“Código ANBIMA para Atividades Conveniadas” e, em conjunto com Código ANBIMA, “Códigos ANBIMA”).

## 2.1.4. Registro para Distribuição

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente na CETIP.

## 2.1.5. Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

## CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto: (I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no contrato de concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infraestrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

## CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª (décima) e da 12ª (décima segunda) emissões da Emissora, cujos saldos dos



*[Handwritten signature]*

valores de principal serão, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$199.980.000,00 (cento e noventa e nove milhões novecentos e oitenta mil reais) e R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), respectivamente; (ii) ao pagamento integral das Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Emissora, no âmbito do Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças, firmado em 10 de maio de 2006, com o Banco Citibank S.A. ("CCBs"), cujo saldo do valor de principal será, em novembro de 2012, de aproximadamente R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora, caso haja saldo remanescente.

## CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

### 5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Emissora.

### 5.2. Número de Séries

5.2.1. A Emissão será realizada em série única.

### 5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou da Opção de Debêntures Adicionais, conforme disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 abaixo, respectivamente ("Valor Total da Emissão").

### 5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures.

5.4.2. A Emissora outorgará aos Coordenadores (conforme abaixo definido) a opção de distribuição de um lote suplementar de até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidas)), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), a qual poderá ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), exclusivamente para atender a um excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*. As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura de Emissão ("Opção de Lote Suplementar").

5.4.3. A Emissora outorgará, ainda, aos Coordenadores (conforme abaixo definido) a opção de distribuição de um lote adicional de até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondente a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), por meio da emissão de Debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta. As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos desta Escritura de Emissão ("Opção de Debêntures Adicionais").

5.4.4. A Emissora tomará todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures do Lote Suplementar, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

5.4.5. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

5.4.5. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.



Agente Escriitador ..  
 03 04 10  
 será o Itaú Unibanco S.A., instituição

5.5.2. O agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro. Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001 64 ("Agente Escriturador"). O Agente Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

5.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”), na Data de Emissão.

5.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 09 de outubro de 2012 (“Data de Emissão”).

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados a Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 09 de outubro de 2018 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de decretação de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Sétima e nos itens 5.15.2.5. e 5.19. abaixo, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.9.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriitador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debeturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP (SND).

5.10.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.11.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

5.12.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição (conforme abaixo definido).

5.13.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT no ato da subscrição e integralização (“Data de Integralização”), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração;

a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Período de Integralização”). As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

#### 5.14. Amortização do Principal

5.14.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e da decretação de vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.15.2.5. e 5.19. e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 09 de outubro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Amortização das Debêntures	Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures
09 de outubro de 2016	33,33%
09 de outubro de 2017	33,33%
09 de outubro de 2018	33,34%

#### 5.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.15.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.15.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI-Over”), acrescida de uma sobretaxa de até 1,09% (um inteiro e nove centésimos por cento), ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previstos no item 5.16 abaixo (“Remuneração”). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n(DI)} [1 + (TDI_k)]$$



*[Handwritten signature]*



**DI-Over**

Sendo que:

$n$  = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “ $n$ ” um número inteiro;

$k$  = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “ $n$ ”;

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem “ $k$ ”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem “ $k$ ”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = até 1,0900, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

$n$  = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.15.2.1. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização



sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.15.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

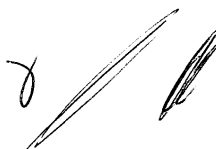
5.15.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 5.15.2.3. deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

5.15.2.4. Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.15.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a fórmula estabelecida no item 5.15.2. acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.15.2.5.1. O resgate descrito acima, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriurador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.15.2.5.1.1. A CETIP e o Agente Escriurador, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP (SND), deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.15.2.5. acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



pagamentos em decorrência do resgate

Datas de pagamento da Remuneração
09 de abril de 2013
09 de outubro de 2013
09 de abril de 2014
09 de outubro de 2014
09 de abril de 2015
09 de outubro de 2015
09 de abril de 2016
09 de outubro de 2016
09 de abril de 2017
09 de outubro de 2017
09 de abril de 2018
09 de outubro de 2018

5.17.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.18.1. Não haverá resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures.

5.19.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado”):

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item 5.25. abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso VI abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso III abaixo; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a uma aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado;

- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- V. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- VI. caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures, e caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures do que o volume inicialmente ofertado, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado e forem sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio;
- VII. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- VIII. com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

## 5.20. Encargos Moratórios

5.20.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

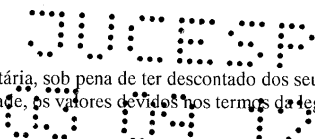
## 5.21. Local de Pagamento

5.21.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

## 5.22. Imunidade Tributária

5.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa





imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.22.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.22.1. acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 5.22.2., deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

5.22.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 5.22.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

### 5.23. Prorrogação dos Prazos

5.23.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

### 5.24. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.24.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.23. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

### 5.25. Publicidade

5.25.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.aeseletropaulo.com.br/>), bem como no DOESP e no jornal "Valor Econômico", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações relacionadas à Emissão e à Oferta, incluindo, mas sem limitação, a ata da RCA, o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o "Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A." ("Anúncio de Encerramento"), assim como as demais publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de "Aviso aos Debenturistas", no jornal a ser substituído. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

### 5.26. Aquisição Facultativa

5.26.1. À Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de



Remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva aquisição, e dos Encargos Moratórios, se for o caso (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.26.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

#### 5.27. Liquidez e Estabilização

5.27.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 5.28. Fundo de Amortização

5.28.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### CLÁUSULA SEXTA – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

#### 6.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1. Após (a) a publicação do aviso ao mercado contendo determinados termos e condições da Emissão e da Oferta, elaborado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400 (“Aviso ao Mercado”); (b) a disponibilização aos Investidores da Oferta (conforme abaixo definido) do “Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Prospecto Preliminar”) e do Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “Instrução CVM 480”, respectivamente), incorporado por referência ao Prospecto Preliminar; (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (d) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) a obtenção do registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP; (f) a publicação do “Anúncio de Início de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Anúncio de Início”); e (g) a disponibilização, aos Investidores da Oferta, do “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”) e do Formulário de Referência, incorporado por referência ao Prospecto Definitivo, o Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder” ou “Bradesco BBI”) e o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), realizarão a colocação das Debêntures, sob regime de garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores (exceto para as Debêntures do Lote Suplementar e para as Debêntures Adicionais que, caso emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos do item 5.4.5 acima), de forma individual e não solidária, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da 15ª (décima quinta) Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”), a investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, além de investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores da Oferta”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos nos Prospectos.

#### 6.1.2. Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuilding*)

6.1.2.1. No âmbito da Oferta, será realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Procedimento de *Bookbuilding*”), de forma a







definir, de comum acordo com a Emissora a taxa final da Remuneração. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à esta Escritura de Emissão, o qual deverá ser inscrito na JUCESP, nos termos do item 2.1.2.2 acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da LCA.

### 6.1.3. Pessoas Vinculadas

6.1.3.1. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, poderá ser aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo) no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação das Debêntures a Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover má formação na taxa final da Remuneração, bem como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

6.1.3.2. Para os fins do disposto no item 6.1.3.1. acima, considera-se “Pessoas Vinculadas”: (i) controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Emissão e à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii), conforme aplicável.

6.1.4. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição a ser adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição é fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora (“Plano de Distribuição”).

6.1.5. O prazo para distribuição pública das Debêntures no âmbito da Oferta é de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Distribuição”).

6.1.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

## CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, exceto a extinção, liquidação ou dissolução da (i) Eletropaulo Telecomunicações Ltda., e (ii) qualquer outra controlada, direta ou indireta, da Emissora desde que sua extinção, liquidação ou dissolução se realize em cumprimento das exigências relacionadas ao processo de desverticalização, conforme determinado pela Lei



10.848 de 14 de março de 2004, conforme alterada;

- (c) falta de pagamento, pela Emissora do Valor Total da Emissão e/ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo no prazo de 1 (um) Dia Útil contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de distribuição de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (e) transformação do tipo societário da Emissora;
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras da Emissora, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, no mercado local ou internacional em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- (g) alteração do controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A., como acionista da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (h) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, para a qual (i) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor total ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária (que não aquelas descritas na alínea (c) acima) e/ou não pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (k) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (m) comprovação da inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão que afete de forma adversa e relevante as Debêntures, bem como provarem-se ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Emissão;
- (n) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites





## ANEXO 1

financeiros (“Índices Financeiros”), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, e apurados e revisados trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, a partir de 30 de junho de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação da CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a 3,5 vezes; e
- (ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Emissora e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras.

“Dívida” significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas, inflação ou preço de energia), ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora na qualidade de parte de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora em relação a aceites bancários; excluindo-se (i) empréstimos setoriais compulsórios (“Empréstimos Compulsórios”), e (ii) empréstimos concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (“Empréstimos Eletrobrás”) e (iii) o valor da dívida equivalente aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. As exclusões mencionadas nos itens “i” e “ii” acima somente serão aplicadas se a Emissora estiver atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

“EBITDA” significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

“Despesas Financeiras” significam as despesas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período dos últimos 12 (doze) meses, relacionadas ao total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos a medida que tais financiamentos constituam Dívida. As despesas financeiras excluem aquelas relacionadas (i) aos Empréstimos Compulsórios e (ii) aos Empréstimos Eletrobrás, desde que a Emissora esteja atuando como agente repassador dos Empréstimos Compulsórios e dos Empréstimos Eletrobrás para outras entidades.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas de (a) a (i) do item 7.1. acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento previstos nas demais alíneas do item 7.1. acima (que não aquelas descritas no item 7.1.1. acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Dez abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.




7.1.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.2. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretroatável.

7.1.4. Na hipótese: (i) da não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Mandatário.

7.1.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.1.6. O resgate das Debêntures de que trata o item 7.1.5. acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 7.1.4. acima.

7.1.6.1. A CETIP e o Agente Escriturador, quando as Debêntures não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP (SND), deverão ser comunicados, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.1.7. Para fins das alíneas (a) e (b) do item 7.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial.

7.1.8. Os valores mencionados nas alíneas (f), (i) e (l) do item 7.1. acima, serão atualizados pelo fator de variação da cotação de fechamento na data da ocorrência do evento, da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN (“SISBACEN”), transação PTAX800, opção 5.

#### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer por último, (1) observado o disposto no alínea (iii) abaixo, cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre; (2) declaração dos representantes legais da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de Evento de Inadimplemento previstas no item 7.1. acima; e (3) cópia do relatório dos Índices Financeiros apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;



## DECISÃO

- (ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua divulgação, o que ocorrer por último, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) declaração dos representantes legais da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de Evento de Inadimplemento previstas no item 7.1. acima; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (a) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (b) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora; e (4) cópia do relatório dos Índices Financeiros apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para sua obtenção, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) cópia das informações pertinentes à Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste normativo, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
- (iv) cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, até 3 (três) Dias Úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) em até 02 (dois) Dias Úteis da data de solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (vi) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (vii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento imediatamente após sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (viii) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável;
- (ix) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL à Emissora relativa a uma possível causa de término ou resolução de sua concessão;
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- (xi) observado o disposto no item 9.4., inciso (xiii) abaixo, a Emissora obriga-se desde já a enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do



bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (xiv) do item 9.4. abaixo.

- (b) informar ao Agente Fiduciário, até o Dia Útil imediatamente subsequente à data que tiver conhecimento, sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;
- (h) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (i) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com os termos da Instrução CVM 480;
- (j) quando solicitado, fornecer aos seus acionistas, Debenturistas e ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (l) notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente à data que tiver conhecimento, o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (m) comparecer as Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, o que inclui, mas não se limita a realizar operações fora de seu objeto social, conforme descrito na Cláusula Terceira acima, e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo (i) nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial; e (ii) por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica e financeira, seus resultados operacionais, suas atividades, sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;



## JUCESP

- (p) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável
- (q) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação, agência classificadora de risco, o Banco Mandatário e Agente Escriturador; o Agente Fiduciário; instituição financeira formadora de mercado; e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário, por meio do SND, conforme o caso, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (r) contratar e manter contratada a Moody's América Latina Ltda., para realizar a classificação de risco (rating) das Debêntures da presente Emissão, devendo, ainda, (a) atualizar a classificação de risco (rating) das Debêntures anualmente, até a Data de Vencimento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar no Dia Útil imediatamente subsequente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- (s) aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito na Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e normas de conduta;
- (u) divulgar em sua página na rede mundial de computadores os seus fatos relevantes, conforme definidos pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (v) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP, em até 10 (dez) Dias Úteis do seu registro;
- (w) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (x) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (y) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenha acesso irrestrito (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas, desde que estes tenham se tornado públicos;






- (z) manter os bens e ativos necessários para condução de sua atividade principal adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes da indústria de energia elétrica; e
- (aa) informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete direta ou indiretamente as informações prestadas nos Prospectos e/ou no Formulário de Referência.

8.2. As despesas a que se refere o item 8.1., alínea (x) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) Dias Úteis;
- (c) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário.

8.2.1.1. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

#### CLÁUSULA NONA – AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (e) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- (f) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832 de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não infringir, pela celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) constituir esta Escritura de Emissão uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (l) que, conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea (k) da Instrução CVM 28, também exerce a função de agente fiduciário na 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora. Foram 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 8 (oito) anos a contar da data de emissão, qual seja, 20 de dezembro de 2005, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2013. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 9ª (nona) emissão e da 15ª (décima) emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.

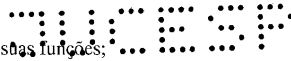
9.2.1. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas no item 9.2 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações, principais e acessórias, da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3.1. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do Prazo de Distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de





Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
  - v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o qual deverá ser posteriormente encaminhado à CVM;
  - vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
  - vii. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso "iv" acima não delibere sobre a matéria;
  - viii. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicar a Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.25. acima e 12.1. abaixo;
  - ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM; e
  - x. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.
- 9.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
  - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - (v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da assinatura da presente, a inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
  - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;







- (viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública de foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Dez abaixo;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) fiscalizar o cumprimento, pela Emissora, da manutenção atualizada, pelo menos anualmente e até o vencimento das Debêntures, do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e, ainda, encaminhar o relatório de avaliação (*rating*) à ANBIMA no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua veiculação.
- (xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
  - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula Quarta acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (h) resgate, amortização, e pagamento da Remuneração realizados nos períodos, termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (j) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o inciso (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;





- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede dos Coordenadores.

DUCESP  
03 09 12

- (xv) publicar às expensas da Emissora, na forma prevista no item 5.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 5.25. acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (xix) acompanhar o cálculo do preço unitário das Debêntures elaborado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e aos participantes do mercado, sempre que solicitado, ou através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xx) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 8.1., alínea (t) acima;
- (xxi) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (xxii) divulgar as informações referidas no inciso (xiii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (xxiii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente nos termos do item 5.19.1., inciso VI, acima.

9.5. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação falimentar;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens 9.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.5 (iv) acima.

9.6. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil)



JUL 2012

contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

9.6.1. As parcelas citadas na cláusula 9.6. acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.2. As parcelas citadas na cláusula 9.6 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.7. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, observado o disposto no item 8.1., alínea (x), e 8.2.1. acima.

9.8. O ressarcimento a que se refere o item 9.7. acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.9. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.10. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.11. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.12. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.13. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula Décima abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula Décima abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo item 9.4. acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula Décima abaixo, e reproduzidas perante a Emissora.

9.15. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

#### CLÁUSULA DEZ – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.1. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.25. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos de sua realização.

10.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, “Debêntures em Circulação” significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou



(iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.10. Exceto pelo disposto no item 10.11. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.11. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 10.10. acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens e/ou Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (b) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Inadimplemento, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro; (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Dez, e/ou (viii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### CLÁUSULA ONZE – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, à realização da Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares
- (iii) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedade;
- (iv) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta na CVM, de acordo com as leis brasileiras;
- (v) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e, na presente data, não há qualquer Evento de Inadimplemento;
- (vi) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



JURÍDICO

- (vii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, assim como o Formulário de Referência anexo a estes, na data de sua respectiva publicação, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (ix) as opiniões e análises expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (x) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos, nas suas respectivas datas, seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xi) as declarações, em especial aquelas prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos nas suas respectivas datas;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, e informações trimestrais da Emissora disponíveis, representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (xiii) a Emissora, suas controladas e coligadas estão, no seu melhor conhecimento, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos mencionados nos Prospectos e/ou no Formulário de Referência;
- (xiv) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, nas suas respectivas datas, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um qualquer efeito adverso relevante (a) na situação (financeira ou de outra natureza) da Emissora, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; e/ou (b) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão; e
- (xvi) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- (xvii) estão, no seu melhor conhecimento, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;





(xviii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta, em observância ao princípio da boa-fé;

(xix) o seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM.

11.1.1. A Emissora obriga se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado, pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 11.1. acima.

11.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 11.1.1. acima, a Emissora obriga se a notificar, no Dia Útil imediatamente subsequente à data em que tomar ciência, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem, de forma total ou parcial, que são inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

#### CLÁUSULA DOZE – NOTIFICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

##### Para a Emissora:

###### **Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**

Av. Dr. Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park Barueri – SP  
CEP 06460-040

At.: Sr. Rinaldo Pecchio Junior

Tel.: (11) 2195-7048

Fax: (11) 2195-2503

Email: ri.eletropaulo@aes.com

##### Para o Agente Fiduciário:

###### **Pentágono S.A. Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Email: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

##### Para o Banco Mandatário:

###### **Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo – SP

CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



DUCESP  
03 09 12

**Para o Agente Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar  
São Paulo – SP  
CEP 04538-132  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fax: (11) 5029-1920  
At: Sr. Claudia Vasconcellos  
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo – SP  
CEP: 01.452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

**Para a CVM:**

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
Rua Sete de Setembro, 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andar  
At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE  
CEP - 20050-901  
Rio de Janeiro - RJ  
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares  
CEP: 01333-010  
São Paulo – SP

12.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. É vedada a transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.

13.3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.





13.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei 5.865, de 11 de janeiro de 1975, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

13.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

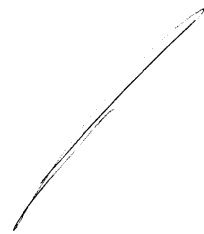


#### CLÁUSULA CATORZE – FORO

14.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 22 de agosto de 2012.

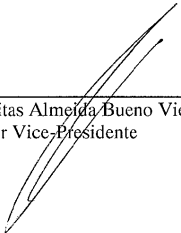
[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.  
SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURA]


  
  


DUCE SP

[Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A."]

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

  
\_\_\_\_\_  
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor Vice-Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores

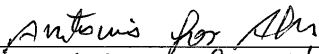


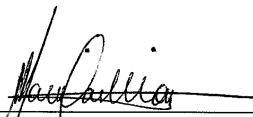
Nome: Silvestre Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

JUCESP

[Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quotacionária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

Testemunhas

  
 Nome: ANTONIO POR AMOR  
 CPF: 022 0160368 911  
 R.G: 23207 382 X

  
 Nome: MARIA EUGENIA M. G. CASTELLANO  
 CPF: 345 813 528 - 60  
 R.G: 27 789 200 - 4





PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

ENTRE

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.  
*Emissora*

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*Agente Fiduciário*

13 DE SETEMBRO DE 2012



JUCESP  
28.09.12

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

Pelo presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Primeiro Aditamento”):

- I. como emissora e ofertante das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Av. Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) A 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), e a celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida) são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 (“RCA”), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e de acordo com inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 03 de setembro de 2012, sob o nº 385.755/12-0, e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do São Paulo (“DOESP”) e (ii) jornal “Valor Econômico” em 22 de agosto de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. A RCA aprovou, dentre outras características da Emissão e da Oferta, a taxa máxima da Remuneração, conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*, tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o presente Primeiro Aditamento;
- (B) em 22 de agosto de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, o qual foi inscrito na JUCESP, em 03 de setembro de 2012, sob o nº ED000996-9/000 (“Escritura de Emissão”);

2



- (C) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão para (i) alterar a redação da alínea (I) do item 9.2. da Escritura de Emissão; (ii) refletir a data e o número de arquivamento da RCA perante a JUCESP e a data de publicação da RCA, conforme descritos no Considerando (A) acima; e (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP, conforme descritos no Considerando (B) acima; e
- (D) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias do presente Primeiro Aditamento.

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Primeiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos utilizados neste Primeiro Aditamento, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Primeiro Aditamento, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS

- 1.1. Este Primeiro Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da RCA.
- 1.2. Nos termos do item 2.1.2.2. da Escritura de Emissão, este Primeiro Aditamento será inscrito na JUCESP.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO

- 2.1. Os itens 2.1.1. e 2.1.2. da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

##### “2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da RCA

2.1.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 03 de setembro de 2012, sob o n.º 385.755/12-0 e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos do item 2.1.2. abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

##### 2.1.2. Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.2.1. A Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/000, e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Quaisquer Aditamentos a Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos deste item 2.1.2..

- 2.2. A alínea (I) do item 9.2. da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

“(I) que, conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea (k) da Instrução CVM 28, também exerce a função de agente fiduciário na 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora. Foram 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), de emissão da Emissora, perfazendo o montante total de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos e oito meses a contar da data de emissão, qual seja 20





de dezembro de 2005, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2018. Não houve, na data de celebração da Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. O Agente Fiduciário também declara que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas da 9ª (nona) emissão e da 15ª (décima) emissão de debêntures da Emissora e que observará fielmente o disposto na Instrução CVM 28 e na legislação aplicável com relação a sua atuação como agente fiduciário em mais de uma emissão de debêntures da Emissora.”

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

3.1. A Emissora, neste ato, reitera todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas na Escritura de Emissão, que se aplicam a este Primeiro Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

#### **CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO**

4.1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Primeiro Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Primeiro Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Primeiro Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. O presente Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Primeira supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.3. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.4. O presente Primeiro Aditamento e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

5.5. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **CLÁUSULA SEXTA – FORO**

6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade do São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Primeiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Barueri, 13 de setembro de 2012.





DUCESP  
00.00.00

[Página de assinaturas do ~~Pré-ata~~ Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**



Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores



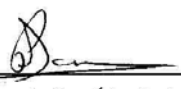
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor Vice-Presidente



DUCESP  
04.00.10

*[Página de assinaturas do Primeira Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Luiz Ferreira  
Diretor Geral

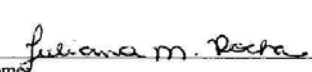

JUCESP

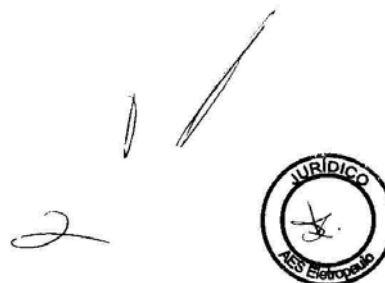
28.09.10

[Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**Testemunhas**

  
 Nome: Kamila Ingrid Barbosa  
 CPF: RG.: 2002029213794  
 R.G.: CPF.: 013.732.823-04

  
 Nome: Juliana M. Rocha  
 CPF: R.G.:  
 R.G.:



JUCESP PROTOCOLO  
2.044.031/12-7



JUCESP  
04-10-12

---

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

ENTRE

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.  
*Emissora*

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*Agente Fiduciário*

25 DE SETEMBRO DE 2012



**SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

Pelo presente “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Segundo Aditamento”):

- I. como emissora e ofertante das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) A 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”), e a celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida) são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 (“RCA”), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e de acordo com inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 03 de setembro de 2012, sob o nº 385.755/12-0, e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do São Paulo (“DOESP”) e (ii) jornal “Valor Econômico” em 22 de agosto de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações;
- (B) em 22 de agosto de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, o qual foi inscrito na JUCESP, em 03 de setembro de 2012, sob o nº ED000996-9/000 (“Escritura de Emissão”), conforme aditado pelo “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado em 13 de setembro de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário para (i) prever a alteração da redação da alínea (I) do item 9.2. da Escritura de Emissão, tendo em vista a necessidade de correção da data e



JUCESP

do prazo de vencimento da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora; em que a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Agente Fiduciário da presente Emissão, também atua como agente fiduciário; (ii) refletir a data e o número de arquivamento da RCA perante a JUCESP e a data de publicação da RCA; e (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP, o qual será devidamente inscrito na JUCESP ("Primeiro Aditamento");

- (C) o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012 ("RCA de 25 de setembro"), cuja ata será arquivada na JUCESP e será publicada no (i) DOESP e (ii) jornal "Valor Econômico", em 26 de setembro de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, deliberou e aprovou, a nova sobretaxa máxima da Remuneração, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos descritos na Cláusula Segunda abaixo;
- (D) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão para refletir (i) a data e o número de inscrição do Primeiro Aditamento perante a JUCESP, conforme Considerando (B) acima; (ii) a nova sobretaxa máxima da Remuneração; e (iii) inserir informações acerca da realização da RCA de 25 de Setembro e da celebração deste Segundo Aditamento; e
- (E) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias do presente Segundo Aditamento.

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Segundo Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos utilizados neste Segundo Aditamento, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Segundo Aditamento, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS

1.1. Este Segundo Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da RCA de 25 de setembro.

1.2. Nos termos do item 2.1.2.2. da Escritura de Emissão, este Segundo Aditamento será inscrito na JUCESP.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO

2.1. A Cláusula Primeira da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação.

"1.1. A 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400"), e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e de acordo com inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora.

1.2. O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012, deliberou e aprovou, dentre outros, a nova sobretaxa máxima da Remuneração ("RCA de 25 de Setembro")."





2.2. Os itens 2.1.1. e 2.1.2. da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

**“2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da RCA e da RCA de 25 de Setembro**

2.1.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 03 de setembro de 2012, sob o n.º 385.755/12-0 e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos do item 2.1.2. abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A ata da RCA de 25 de Setembro será arquivada na JUCESP e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico” em 26 de setembro de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.”

**2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos**

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/000 e o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado em 13 de setembro de 2012 (“Primeiro Aditamento”) será inscrito na JUCESP. Os eventuais aditamentos à esta Escritura de Emissão (“Aditamentos”) serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Quaisquer Aditamentos a Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos deste item 2.1.2.”

2.3. O item 5.15.2. da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

“5.15.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI-Over”), acrescida de uma sobretaxa de até 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previstos no item 5.16 abaixo (“Remuneração”). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



## SPREAD

### VALOR NOMINAL UNITÁRIO

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais; sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = até 1,2500, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.





Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DECLARAÇÕES DA EMISSORA

3.1. A Emissora, neste ato, reitera todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas na Escritura de Emissão, que se aplicam a este Segundo Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

#### CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Segundo Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Segundo Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Segundo Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. O presente Segundo Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Primeira supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.3. Caso qualquer das disposições deste Segundo Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.4. O presente Segundo Aditamento e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

5.5. Este Segundo Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### CLÁUSULA SEXTA – FORO

6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade do São Paulo, com exclusão de qualquer



outro, por mais privilegiado que seja para dividir as questões porventura oriundas deste Segundo Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Segundo Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, e a Fiadora em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


Barueri, 25 de setembro de 2012.

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*



[Página de assinaturas do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
Rinaldo Pecchio Junior  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores

  
\_\_\_\_\_  
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Diretor Vice-Presidente




DUCEP

000000

[Página de assinaturas do Segundo Aditamento ao Instruimento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome:  S. Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

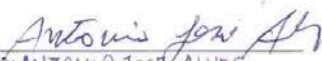


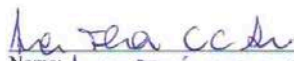
JUCESP

02.046.368-94

[Página de assinatura do Segundo Atoamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**Testemunhas**

  
 Nome: ANTONIO JOSE ALVES  
 CPF: 022.046.368-94  
 R.G: 23.207.382-X

  
 Nome: Ana Flávia C. C. da Silva  
 CPF: 010513079-01  
 R.G: 55.362.154-3



JUCESP  
17 10 12

TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

ENTRE

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**  
*Emissora*

E

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*Agente Fiduciário*

**05 DE OUTUBRO DE 2012**



JUCESP

**TERCEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE EMISSÃO DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**

Pelo presente “Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.” (“Terceiro Aditamento”):

- I. como emissora e ofertante das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Av. Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Emissora”);

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de emissão da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 400”), e a celebração da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida) são realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de agosto de 2012 (“RCA”), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e de acordo com inciso XXIV do artigo 11 do Estatuto Social da Emissora, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 03 de setembro de 2012, sob o nº 385.755/12-0, e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do São Paulo (“DOESP”) e (ii) jornal “Valor Econômico” em 22 de agosto de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.
- (B) o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 25 de setembro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP e (ii) jornal “Valor Econômico”, em 26 de setembro de 2012, de acordo com o artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, deliberou e aprovou, dentre outros, a nova sobretaxa máxima da Remuneração (conforme abaixo definida) (“RCA de 25 de Setembro”), conforme definida em Procedimento de Bookbuilding;
- (C) em 22 de agosto de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, o qual foi inscrito na JUCESP, em 03 de setembro de





JUCESP  
13 09 12

2012, sob o n.º ED000996-9/000 (~~“Escritura de Emissão”~~), conforme aditado pelo “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado em 13 de setembro de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário para (i) prever a alteração da redação da alínea (I) do item 9.2. da Escritura de Emissão, tendo em vista a necessidade de correção da data e do prazo de vencimento da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora, em que a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Agente Fiduciário da presente Emissão, também atua como agente fiduciário; (ii) refletir a data e o número de arquivamento da RCA perante a JUCESP e a data de publicação da RCA; e (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP, o qual foi devidamente inscrito na JUCESP em 28 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/001 (~~“Primeiro Aditamento”~~) e pelo “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.”, celebrado, em 25 de setembro de 2012 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, para prever a nova sobretaxa máxima da Remuneração, o qual foi inscrito na JUCESP (~~“Segundo Aditamento”~~), de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações;

- (D) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foi definida a sobretaxa final da Remuneração;
- (E) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão para (i) nos termos do item 6.1.2. da Escritura de Emissão, refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme mencionado no Considerando (D) acima; (ii) a data de arquivamento da RCA de 25 de Setembro e inscrição do Segundo Aditamento perante a JUCESP, conforme Considerando (C) acima; e (iii) alterar o tempo verbal de determinadas cláusulas em decorrência de eventos já realizados; e
- (F) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias do presente Terceiro Aditamento.

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Terceiro Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos utilizados neste Terceiro Aditamento, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Terceiro Aditamento, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS

1.1. Este Terceiro Aditamento é celebrado de acordo com as deliberações da RCA e da RCA de 25 de Setembro.

1.2. Nos termos do item 2.1.2.2. da Escritura de Emissão, este Terceiro Aditamento será inscrito na JUCESP.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO

2.1. Os itens 2.1.1. e 2.1.2. da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

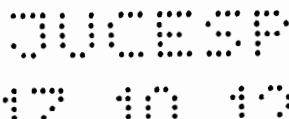
##### “2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da RCA e da RCA de 25 de Setembro

2.1.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (~~“JUCESP”~~) em 03 de setembro de 2012, sob o n.º 385.755/12-0 e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "JURÍDICO" at the top and "AES ELETROPAULO" at the bottom, with a stylized logo in the center.





("DOESP") e (ii) no jornal "Valor Econômico", em 22 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. A ata da RCA de 25 de setembro foi arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP e (ii) no jornal "Valor Econômico", em 26 de setembro de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos do item 2.1.2. abaixo, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

#### 2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 13 de setembro de 2012 ("Primeiro Aditamento") foram inscritos na JUCESP em 03 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/000, e em 28 de setembro de 2012, sob o n.º ED000996-9/001, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. O "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.", celebrado em 25 de setembro de 2012 ("Segundo Aditamento") foi inscrito na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Os eventuais aditamentos à esta Escritura de Emissão ("Aditamentos") serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Quaisquer Aditamentos a Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos deste item 2.1.2."

2.2. O item 5.3. da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

#### "5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão")."

2.3. Os itens 5.4.1., 5.4.2., 5.4.3., 5.4.4. e 5.4.5. da Escritura de Emissão passarão a vigorar com as seguintes redações:

"5.4.1. A Emissão é composta por 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures.

5.4.2. A Emissora outorgou aos Coordenadores (conforme abaixo definido) a opção de distribuição de um lote suplementar de até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Debêntures, correspondentes a até 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão (sem prejuízo das Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidas)), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"), exclusivamente para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, a qual não foi exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). As Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão ("Opção de Lote Suplementar").

5.4.3. A Emissora outorgou, ainda, aos Coordenadores, a opção de distribuição de um lote adicional de



2023  
17 18 19

até 15.000 (quinze mil) Debêntures, correspondente a até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada (sem prejuízo das Debêntures do Lote Suplementar), por meio da emissão de Debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro ou modificação dos termos da Emissão e da Oferta, a qual não foi exercida. As Debêntures Adicionais, caso fossem emitidas, teriam as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da Escritura de Emissão ("Opção de Debêntures Adicionais").

5.4.4. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso fossem emitidas, seriam colocadas sob regime de melhores esforços de colocação."

2.4. O item 5.13 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação

**"5.13. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização**

5.13.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT no ato da subscrição e integralização ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Integralização"). As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas."

2.5. O item 5.15.2. da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

5.15.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de 1,24% (um inteiro e vinte quatro centésimos por cento), ao ano, conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previstos no item 5.16 abaixo ("Remuneração"). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de

ANEXO

17 de 17

Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI<sub>k</sub> = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,2400, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante

*[Handwritten signature]*



JUCESP  
17 10 12

até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

2.6. Os itens 6.1.2., 6.1.3. e 6.1.4. passarão a vigorar com as seguintes redações:

**“ 6.1.2. Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding)**

6.1.2.1. No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (“Procedimento de Bookbuilding”), de forma a definir, de comum acordo com a Emissora a sobretaxa final da Remuneração. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento à esta Escritura de Emissão, o qual deverá ser inscrito na JUCESP, nos termos do item 2.1.2.2. acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da RCA e da RCA de 25 de Setembro.

**6.1.3. Pessoas Vinculadas**

6.1.3.1. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não foi aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo) no Procedimento de Bookbuilding, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais), as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas. A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderia promover má formação na sobretaxa final da Remuneração, bem como poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas poderiam optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

6.1.4. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizaram a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição foi fixado pelos Coordenadores em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora (“Plano de Distribuição”).”

**CLÁUSULA TERCEIRA – DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

3.1. A Emissora, neste ato, reitera todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas na Escritura de Emissão, que se aplicam a este Terceiro Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

7



0003P  
07 10 12  
**CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO**

4.1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Terceiro Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Terceiro Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Terceiro Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. O presente Terceiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Primeira supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.3. Caso qualquer das disposições deste Terceiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.4. O presente Terceiro Aditamento e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

5.5. Este Terceiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**CLÁUSULA SEXTA – FORO**

6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade do São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas deste Terceiro Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Terceiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Barueri, 05 de outubro de 2012.

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*

7  
2

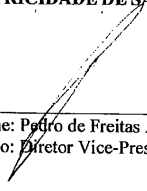


[Página de assinaturas do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular, de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**



Nome: Rinaldo Pecchio Junior  
Cargo: Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores



Nome: Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira  
Cargo: Diretor Vice-Presidente



*[Página de assinaturas do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: **Paulo Luiz Ferreira**  
Cargo: **Procurador**




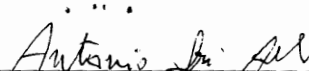


JUCESP  
17 10 19

[Página de assinaturas do Terceiro. Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, de Emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.]

**Testemunhas**

  
Nome: DANILO LOPES  
CPF: 380.884.628-35  
R.G: 49.302.163-2 - SSP/SP

  
Nome: ANTONIO JOSE ALVES  
CPF: 022.046.368-94  
R.G: 232.073 82-X - SSP/SP





---

**ANEXO E****Súmula de Classificação de Risco**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Rating Action: Moody's atribui ratings Baa3/Aa1.br a BRL750 milhões em debêntures seniores sem garantia de ativos reais da ELETROPAULO; a perspectiva é estável para ambos os ratings**

---

Global Credit Research - 24 Aug 2012

Sao Paulo, August 24, 2012 -- Em 22 de agosto de 2012, Moody's América Latina (Moody's) atribuiu o rating Baa3 em escala global e Aa1.br na escala nacional brasileira (NSR) a BRL750 milhões em debêntures seniores sem garantia de ativos reais, com vencimento em seis anos, da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A. ("ELETROPAULO", ou a "Companhia"). Ao mesmo tempo, Moody's afirmou os ratings de emissor da ELETROPAULO de Baa3 em escala global e Aa1.br em escala nacional, bem como os ratings de BRL400 milhões em debêntures subordinadas emitidas pela Companhia (Ba1/Aa2.br) sem garantia de ativos reais, com vencimento em 4 anos. O rating das debêntures subordinadas está um nível abaixo dos ratings de emissor da ELETROPAULO pois reflete a subordinação das debêntures às outras dívidas existentes emitidas pela Companhia. Os recursos dos BRL750 milhões em debêntures seniores sem garantia de ativos reais serão utilizados para pagamento da 10ª e 12ª debêntures, bem como de um empréstimo bancário existente. A perspectiva permanece estável para todos os ratings.

#### FUNDAMENTO DOS RATINGS

O rating de emissor Baa3 resulta da geração de fluxos de caixa estáveis de sua concessão de distribuição de energia elétrica de longo prazo no município mais rico do Brasil, bem como o histórico de acesso bem sucedido da Companhia a bancos e mercados de capitais locais. A perspectiva estável reflete nossa expectativa de que a Companhia continuará mantendo seus indicadores em linha com a categoria de rating Baa3 administrando com prudência as distribuições de dividendos e os custos operacionais, dada a expectativa de redução significativa na margem resultante do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, o qual ocorreu em 4 de julho de 2012, com efeito retroativo a 4 de julho de 2011. Iremos também monitorar o resultado do processo administrativo que a Companhia submeteu ao regulador referente ao tratamento de certos ativos e passivos regulatórios como parte do processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária.

Apesar dos fluxos de caixa relativamente estáveis e previsíveis do segmento de distribuição de energia elétrica, de 2009 ao fim do segundo trimestre de 2012 (30 de junho) houve uma deterioração dos indicadores de crédito da ELETROPAULO. Durante o período, o Fluxo de Caixa Operacional (CFO) antes de Capital de Giro (WC) menos Dividendos sobre Dívida caiu para 5,1% de 17,0%; (Fluxo de Caixa Operacional antes de Capital de Giro + Juros)/ Juros (ou Índice de Cobertura de Juros do Fluxo de Caixa antes do Giro) caiu para 3,9x de 5,9x; e Fluxo de Caixa Operacional antes de Capital de Giro sobre Dívida caiu para 26,4% de 40,8%.

O Fluxo de Caixa Operacional (CFO) permaneceu relativamente elevado nos doze meses findos em 30 de junho de 2012, embora em um nível mais baixo, visto que a Companhia não pôde se beneficiar da receita derivada de itens extraordinários como o fez nos últimos anos, por causa do impacto do congelamento das tarifas determinado pela ANEEL e maiores custos da parcela A em relação às receitas como resultado do adiamento do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, o qual havia sido originalmente programado para ocorrer em julho de 2011, mas foi adiado para julho de 2012. Nossa previsão é de que a redução das tarifas de energia elétrica decorrente da Terceira revisão tarifária terá impacto negativo tanto no CFO quanto, de uma forma geral, nos indicadores de crédito da ELETROPAULO. A magnitude desse impacto dependerá amplamente de como a Companhia administrará seus desembolsos com investimentos, seus custos operacionais e, principalmente, a sua distribuição de dividendos. Apesar da redução esperada no EBITDA de cerca de 35%, os indicadores de crédito da ELETROPAULO ainda mapearão para uma categoria de rating Baa3, mas o posicionamento na grade de rating dependerá fortemente da política de dividendos que será praticada pela empresa nos próximos anos.

Em dezembro de 1988, ELETROBRAS, a controladora brasileira (holding) do setor de energia elétrica, iniciou uma ação judicial contra a ELETROPAULO anteriormente à sua privatização em relação a financiamento anteriormente fornecido. Esta ação representa uma obrigação contingente de aproximadamente BRL1,23 bilhão (em 30 de junho de 2012). No entanto, com base nas atuais normas contábeis brasileiras e nos assessores jurídicos da Companhia (os quais afirmam que a posição da Companhia prevalecerá), neste momento a ELETROPAULO não é obrigada a

fazer nenhuma provisão para o montante disputado na ação, a qual não possui uma data definida para sua solução.

Uma ação de elevação do rating no curto ou médio prazo é altamente improvável dado o impacto da Terceira Revisão Tarifária. Poderíamos considerar uma elevação de rating caso a decisão final da ação judicial da ELETROBRAS seja favorável para a Companhia, juntamente com uma melhoria dos indicadores de crédito de modo que o índice de (Fluxo de Caixa Operacional antes do Giro menos Dividendos) sobre Dívida (ou (CFO Pre-WC -- Dividends) / Debt) permaneça acima de 20%, e o Índice de Cobertura de Juros do Fluxo de Caixa antes do Giro (ou (CFO Pre-WC + Interest) / Interest) seja maior do que 5,5 vezes, em uma base sustentável.

Uma ação de rebaixamento de rating poderia ser desencadeada por uma deterioração substancial na liquidez, um resultado desfavorável na ação judicial da ELETROBRAS, e/ou uma queda significativa nos indicadores de crédito. Nossas projeções indicam que, no novo contexto de margens mais baixas resultantes do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a principal variável que impactará os indicadores de crédito da ELETROPOLPAULO é o montante de pagamento de dividendos. Portanto, caso o índice de pagamento de dividendos bem como qualquer outro fator faça o índice de (Fluxo de Caixa Operacional antes do Giro menos Dividendos) sobre Dívida (ou (CFO Pre-WC -- Dividends) / Debt) cair abaixo de 12%, e o Índice de Cobertura de Juros do Fluxo de Caixa antes do Giro (ou (CFO Pre-WC + Interest) / Interest) ficar abaixo de 3,5 vezes por um período prolongado, uma ação de rebaixamento poderia ser desencadeada. Além disso, qualquer mudança no nível de suporte do ambiente regulatório poderia desencadear uma ação de rating negativa.

Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo" ou a "Empresa") é uma empresa de distribuição de energia elétrica regulada, listada na BM&FBOVESPA. Eletropaulo é controlada por sua holding Brasileira, que por sua vez é controlada pela AES Corporation (50% mais uma ação de capital votante) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -- BNDES (50% menos uma ação de capital votante da Brasileira). Eletropaulo distribui energia elétrica a 24 municípios na área metropolitana de São Paulo, incluindo a cidade de São Paulo, atendendo 6,35 milhões de consumidores, com uma participação de mercado estimada em aproximadamente 10% no Brasil. A Companhia tem um contrato de concessão de 30 anos que foi concedido pela ANEEL, a agência reguladora do setor brasileiro de energia elétrica, em 1998.

Em 2011, a Eletropaulo reportou vendas líquidas de BRL 9.097 milhões (USD 5.431 milhões) excluindo as receitas de construção de BRL 739 milhões, EBITDA de BRL 2.392 milhões (USD 1.428 milhões), e lucro líquido de BRL 1.495 milhões (USD 892,5 milhões), um aumento de 1,2%, 16,5% e 16,6%, respectivamente, em relação ao ano anterior (2010). Nos últimos doze meses findos em 30 de junho de 2012 (últimos doze meses findos em 06/12), a Companhia teve vendas líquidas de BRL 9.178 milhões (USD 5.127 milhões) excluindo receitas de construção de BRL 767 milhões, um aumento de 0,9% em relação ao mesmo período em 2011; EBITDA de BRL 1.872 milhão (USD 1.046 milhão), uma queda de 21,7% em relação a 2011; e lucro líquido de BRL 1.202 milhão (USD 672 milhões), uma queda de 19,6% em relação a 2011. O EBITDA calculado segundo os critérios da Moody's não inclui BRL 707 milhões de receitas não-operacionais, em sua maior parte oriundos da venda da subsidiária AES Telecom, porém inclui as receitas de aplicações financeiras.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em março de 2011 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

A principal metodologia utilizada para a atribuição de ratings à Eletropaulo foi a "Regulated Electric and Gas Utilities Methodology" publicada em agosto de 2009. Consulte a aba de Credit Policy no [www.moody.com](http://www.moody.com) para obter uma cópia desta metodologia.

#### DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte,

este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating do provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no [www.moody's.com](http://www.moody's.com).

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, partes não envolvidas nos ratings, informações públicas, e informações confidenciais e de propriedade da Moody's Investors Service, e confidenciais e proprietárias da Moody's Analytics.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações.

Consulte o [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Alexandre De Almeida Leite  
Vice President - Senior Analyst  
Infrastructure Finance Group  
Moody's America Latina Ltda.  
Avenida Nacoes Unidas, 12.551  
16th Floor, Room 1601  
Sao Paulo, SP 04578-903  
Brazil  
JOURNALISTS: 800-891-2518  
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300

William L. Hess  
MD - Utilities

Infrastructure Finance Group  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:  
Moody's America Latina Ltda.  
Avenida Nacoes Unidas, 12.551  
16th Floor, Room 1601  
Sao Paulo, SP 04578-903  
Brazil  
JOURNALISTS: 800-891-2518  
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300



© 2012 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

**CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.**

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under

no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at [www.moodys.com](http://www.moodys.com) under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)